



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECOTURISMO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA SOCIAL  
( O RIACHO FUNDO / DF COMO ESTUDO DE CASO )**

**MARIA ANASTÁCIA RIBEIRO MAIA CARBONESI**

Brasília, DF.  
20 de março de 2003



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ECOTURISMO**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA SOCIAL  
( O RIACHO FUNDO / DF COMO ESTUDO DE CASO )**

**MARIA ANASTÁCIA RIBEIRO MAIA CARNONESI**

**ORIENTADORA: PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> LAÍS MOURÃO SÁ**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Ecoturismo.

Brasília, DF.  
20 de março de 2003

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho as minhas amigas e filhas, Juliana e Joana Rios Ribeiro Maia Carbonesi, à primeira minha força, à segunda minha luz. Ambas, me levaram a olhar para dentro de mim mesma para que eu pudesse encontrar a minha “dimensão águia”, que segundo Boff, 2001, representa a expressão dos sonhos, os projetos, os ideais e as utopias. Foram elas, que me fizeram acreditar que dentro da vida cotidiana, dos hábitos já estabelecidos, descaminhos, frustrações e limitações, eu poderia olhar continuamente como uma águia para o alto e, assim, ousar vôos em busca de novos caminhos e direções.

## **Agradecimentos**

Alguém muito especial uma vez me falou que conhecer: é perceber que a vida tem a cor que cada ser humano como um pincel decidiu colorir. Neste momento de finalização de esforços queria agradecer aos seres humanos e não humanos que de modo efetivo contribuíram para que as cores necessárias se encaixassem nos lugares ideais para que um trabalho como este viesse a se concretizar.

À minha orientadora Prof<sup>ra</sup>. Dr.<sup>a</sup> Laís Mourão de Sá, por ter mediado o desenvolvimento e concretização desse projeto.

Aos meus pais Carlos Roberto e Isabel Maia por darem sempre o tom especial nos meus sonhos e projetos.

Ao meu marido João Bosco por ter estado presente e ter sido prestativo em todas as etapas deste trabalho.

À minha filha Juliana, pelo competente trabalho de digitação e formatação dessa monografia.

À minha filha Joana, pelos carinhos oportunos em momentos de limitações e pelo silêncio na minha ausência como mãe.

À amiga, Cleide Bezerra da Silva, por ter muitas vezes desempenhado o papel de mãe para as minhas filhas, me oportunizando dispor de sossego e tempo para que as etapas deste trabalho fossem efetivadas.

Ao Comitê Comunitário sócio – ambiental do Riacho Fundo, por ter contribuído de forma direta para que as análises e reflexões necessárias se concretizassem.

Às bolsistas da UNB, Daniela e Viviane, por terem sido o primeiro contato positivo para que eu pudesse pensar o objeto desse trabalho.

Ao morador do Riacho Fundo, Donizete, por ter oportunizado as visitas de campo na área do Parque e entorno.

Aos entrevistados, representantes de empresas públicas e privadas como: EMBRAPA, CAESB, Brasal Refrigerantes (Coca – Cola), Administração Regional, CONDEMA, 100 DIMENSÃO, COMPARQUES e Comitê Comunitário, atores fundamentais na construção deste trabalho.

À profissional, Mírna Saad Vieira, pelo carinho e eficiência com que fez a revisão de texto desta monografia.

Aos professores e funcionários do Centro de Excelência em Turismo - CET /UNB, por todo o esforço despendido no decorrer deste curso para que as competências e habilidades necessárias fossem por nós (alunos) criticamente desenvolvidas.

A Flávia e Cláudio Leuzinger, por terem me ajudado a trilhar os ordenamentos jurídicos apresentados neste trabalho.

A Filó, Jicó, Chiquinho e Mariazinha, pela companhia nos momentos de solidão e por terem mediante um diálogo sem som me feito entender que os seres não-humanos também possuem sua “dimensão águia”, diferente dos humanos que buscam projetos e sonhos, estes ousam vãos altos, rompendo limitações, em busca apenas da sobrevivência.

E a Deus, por ter me mostrado que a vida encontra a sua concretização no campo de possibilidades e interconexões. Não somos negros ou brancos, animais ou vegetais, pobres ou ricos, sábios ou ignorantes, somos apenas fios coloridos e vibrações que compõem a grande teia da própria vida, algo poético, majestoso, grandioso e mágico que nos leva a descobrir o reencantamento do dia-a-dia, horários, obrigações, dias e noites, enfim, de viver.

## **Resumo**

Este texto tem como objetivo, analisar as práticas de mobilização, informação e politização da comunidade da Região Administrativa XVII do Distrito Federal, a partir da construção de parcerias articuladas e orientadas pelos princípios da educação ambiental. Este trabalho tem, sobretudo, como referencial de estudos de campo, o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo, cujos espaços, sugerem o desenvolvimento de atividades típicas do ecoturismo. De acordo com a pesquisa realizada, o ecoturismo pode contribuir para o desenvolvimento da própria sustentabilidade da área em questão, uma vez que é fator de geração de renda sem causar alterações significativas e danos ao meio ambiente.

A pesquisa foi realizada durante o período de oito meses, agosto de 2002 a fevereiro de 2003, na cidade do Riacho Fundo e, principalmente, com várias visitas ao Parque Ecológico de mesmo nome. Como procedimento metodológico, elaboramos um roteiro de entrevistas realizadas com pessoas representativas da comunidade que exerciam funções tanto em organismos públicos quanto privados e da sociedade civil como as ONGs. Assim, foram feitas gravações de falas dos representantes da 100 DIMENSÃO, EMBRAPA, Brasal Refrigerantes (Coca-Cola), COMPARQUE, Administração Regional da RA-XVII e Comitê Comunitário Sócio-ambiental do Riacho Fundo.

## **Abstract**

This text has purpose of analyse the mobilization`s practice, information, and sense of politicize of the community from the Administrative Area XVII in Federal District, from de constrution of articulated and orientated partnerships by the principles of enviromental education. This material has over all, as a reference of studies, Riacho`s Fundo Ecologic Park, which areas, suggest the development of typical activities of ecoturism. Acording to the research realized, the ecoturism can contribute for the development of na own sustenance of the area in question, once that is a factor of income generation wthiout causing any significant alterations and enviromental damage.

The reserch was realized during the period of eight months, from august/2002 to february/2003, in the town of Riacho Fundo with many visits to the Ecologic Park that has the same name of the town. As a methodology proceeding, we elaborated an interview itinerary and realized those, with the representative people from the community that executed functions, so as in public organisms as in private ones, and from the civilian society as the ONGs. So, were done some voice recordings of therepresentative from 100 DIMENSÃO, EMBRAPA, Brasal Refrigerantes (Coca-Cola), COMPARQUES, Regional Administration of RA XVII and Social and enviromental community committee from Riacho Fundo.

## SUMÁRIO

Apresentação .....	8
<b>Capítulo I</b>	
1. - A capitalização da natureza: contexto histórico da questão ambiental .....	10
1.1 - Expansão capitalista e degradação ambiental .....	10
1.2 - Surgimento da educação ambiental no plano interno e global .....	14
<b>Capítulo II</b>	
2. - A educação numa incursão teórica: repensando a ética rumo à consciência planetária	21
<b>Capítulo III</b>	
3. - Contexto sócioeconômico da Região Administrativa do Riacho Fundo .....	33
3.1 - Caracterização do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo.....	36
3.2 - Lei Complementar nº 265 de 14.12.99: dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de uso Múltiplo do Distrito Federal .....	39
<b>Capítulo IV</b>	
4. - Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo: potencialidades ecoturísticas .....	46
4.1 - Algumas considerações sobre ecoturismo .....	46
4.2 - A educação ambiental e as parcerias como forma de construção da consciência ecológica .....	51
Conclusão .....	63
Bibliografia .....	65

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro I</b> – Nível de escolaridade no Riacho Fundo Distrito Federal -1997 .....	34
<b>Quadro II</b> – Renda Familiar: Riacho Fundo Distrito Federal 1997 .....	34
<b>Foto I:</b> Vegetação nativa do parque .....	36
<b>Foto II:</b> Vegetação nativa do parque .....	36
<b>Foto III:</b> Vegetação nativa do parque .....	37
<b>Foto IV:</b> Vegetação nativa do parque .....	37
<b>Foto V:</b> Poluição de trecho do córrego .....	38
<b>Foto VI:</b> Córrego ameaçado pela poluição .....	38
<b>Foto VII:</b> Cercamento do parque .....	52
<b>Foto VIII:</b> Cercamento do parque e acesso .....	52

## LISTA DE SIGLAS

**COMDEMA** – Comissões de Defesa do Meio Ambiente

**COMPARQUE** – Comissão Permanente de Parques Ecológicos e de Usos Múltiplos do D.F

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza



## **Apresentação**

Este trabalho tem como objetivo analisar as ações sociais de mobilização da comunidade, o processo de transmissão de informação e o processo de politização da população por meio de construção de parcerias articuladas a partir de orientações e práticas da educação ambiental. Também trata de verificar se o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo apresenta potencialidades e possibilidades de desenvolvimento de atividades ecoturísticas, que proporcionem condições para a própria sustentabilidade, com geração de renda sem causar alterações significativas e danos ao meio ambiente.

No primeiro capítulo, discutiremos como o processo histórico – cultural brasileiro gerou o distanciamento do homem com a natureza e, por conseguinte, causou a problemática ambiental. Esta decorreu, sobretudo, do relacionamento dominador que o homem estabeleceu com a natureza. Mostraremos que os seres não – humanos foram usados no palco social apenas como matéria – prima, cujo fim era saciar as necessidades cada vez mais crescentes de consumo material, advindos dos diferentes estilos de vida que o homem legitimava. Falaremos da trajetória percorrida pela educação ambiental para que, dentro de um novo paradigma educacional, os significados, valores e comportamentos mudem a relação existente entre atividade humana, necessidades básicas e o meio ambiente.

O segundo capítulo apresentará a concepção de alguns autores, referentes às interrelações existentes entre ciência, educação e ética humana e ambiental. As idéias analisadas nos levarão a entender que, por meio de uma “ciência com consciência”, o homem politizado poderá compreender a rede complexa de relações que proporcionem condições para construção de uma “nova aliança” entre homem e natureza.

No terceiro capítulo, a discussão se centrará na análise da legislação (SNUC) e da Lei Complementar nº 265, vistas como instrumentos reguladores e indutores de ações conservacionistas em áreas naturais. Descreveremos as características sócioeconômicas da Região Administrativa XVII e condições ambientais do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo no Distrito Federal. A descrição destes contextos também ajudará na demonstração das etapas que já foram concretizadas, para que o objetivo de conservação do Parque fosse atingido.

No quarto capítulo, destacaremos algumas observações sobre o ecoturismo como atividade de baixo impacto ambiental. Também discutiremos pontos relevantes, quanto à atuação da sociedade civil organizada, representada pelo Comitê Comunitário sócio – ambiental da Bacia do Riacho Fundo e seu esforço de proporcionar fundamentos básicos de

educação ambiental, cujo fim é a conservação do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo, sua Bacia e entorno.

Com base na pesquisa de campo e bibliográfica, mostraremos, neste trabalho, o ecoturismo como um ramo da atividade produtiva do turismo, que possibilita a conexão: conservação, educação ambiental e uso, buscando conjugar desenvolvimento econômico e proteção de áreas naturais. Analisaremos, ainda, a concepção de diferentes atores sociais sobre as potencialidades que oferecem as parcerias construídas por meio da educação ambiental para a socialização de informações, esforços e disseminação de agentes multiplicadores dos ideais conservacionistas que garantam a integridade do ecossistema composto pelo Parque e seu entorno.

Como procedimento metodológico, utilizamos dados primários e secundários. Para a apreensão dos primeiros foram elaborados roteiros de entrevistas; estas realizadas com os atores sociais representativos tanto de instituições públicas, quanto privadas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Brasal Refrigerantes - COCA-COLA, Cooperativa 100 DIMENSÃO; Administração Regional do Riacho Fundo e Comissão Permanente de Implantação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplos do Distrito Federal – COMPARQUES. Ainda acompanhamos o desenvolvimento de organização e implementação das atividades do Comitê Sócio-ambiental do Riacho Fundo; e como dados secundários nos detivemos na análise da legislação pertinente ao nosso objeto de estudo.

A pesquisa teve duração de sete meses, de agosto de 2002 a fevereiro de 2003. Ao longo de todo o processo, foram realizadas várias visitas ao Parque e áreas do entorno. As atividades de pesquisa se dividiam entre a observação, coleta de dados e participação nas atividades de articulação da comunidade local e prováveis parcerias.

Além disso, também foram desenvolvidos esforços de discussão sobre a importância da educação ambiental nas escolas, objetivando inserir o aprendiz no contexto da problemática sócio ambiental e, dessa maneira, tomar consciência dos riscos que a degradação do meio ambiente representa para a sobrevivência dos seres vivos em geral.

## Capítulo I

### **A capitalização da natureza: contexto histórico da questão ambiental.**

#### **1.1 - Expansão capitalista e degradação ambiental**

Pensar a utilidade da natureza como objeto de comércio é retomar a história de pelo menos quatro milênios atrás, com as origens da civilização; porém, analisar a transformação dos produtos naturais como mercadoria "fetichizada", como pensava Marx (1984), isso é mais recente.

O século XV é um marco no reconhecimento deste processo. Foi neste período que a Europa viveu os acontecimentos das grandes navegações, com a conquista e dominação de terras, que propiciaram ao Ocidente a exploração comercial do Oriente, com a negociação de especiarias como canela, pimenta, tecidos e tapeçarias. Tudo isso dando sentido à política econômica do mercantilismo, cujo fundamento era a existência de balança comercial favorável; ou seja o Estado rico era aquele que acumulava riquezas como ouro, prata e outros metais preciosos..

No contexto desta epopéia comercial e aventureira, realizada pelos navegantes europeus, se encontra a formação da civilização brasileira. As expedições marítimas empreendidas com o objetivo comercial e de exploração fizeram com que em 1500 as caravelas comandadas por Pedro Álvares Cabral aportassem nas costas brasileiras. Os portugueses logo perceberam a abundância e a variedade de fauna e flora que compunham um precioso ecossistema<sup>1</sup>. Com o olhar empreendedor e ao mesmo tempo aventureiro e depredador, os portugueses se apropriaram do patrimônio natural, utilizando-o como farta matéria – prima a ser negociada e o patrimônio cultural como algo primitivo e desumano, anunciando a devastação que ocorreria em terras virgens de suas ideologias, a exploração predatória e a cristianização destruidora.

O século XVI marca, de fato, o início da colonização do Brasil. Este “processo civilizatório” se desenvolveu com base na exploração dos recursos naturais e humanos. Na estrutura, a sociedade se organizava com base no trabalho escravo e na atividade extrativista. No entanto, é surpreendente saber que, já no séc. XIX, não havia qualquer tipo de preocupação com os recursos naturais, ainda que de maneira bem isolada, conforme discute Dias (2000) ao dizer que já naquela época:

---

<sup>1</sup> A famosa carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei Dom Manoel é um documento que relata as riquezas e belezas naturais da terra brasileira, conquistada pelos portugueses.

*“André Rebouças propusera a criação dos parques nacionais da Ilha do Bananal e Sete quedas (...) José Bonifácio de Andrade e Silva era um naturalista, ao lado das suas atribuições de Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros. Atribui – se a ele as primeiras informações de cunho ecológico feitas por um brasileiro, em nosso país.” (Dias; 2000: 13-14)*

Apesar de séculos de procura obsessiva por metais preciosos, os portugueses apenas os encontrariam em Minas Gerais, 200 anos após sua chegada. Esta demora fez com que o Brasil se protegesse melhor da devastação ambiental, considerando a destruição que os espanhóis produziram em suas colônias da América Latina.

Nos quinhentos anos de existência, o Brasil teve seu patrimônio humano e natural explorado pelos países ricos e poderosos. Tudo acontecia em nome de um “progresso” que apenas visava saciar as necessidades de um pequeno grupo social, econômico e politicamente privilegiado como a classe capitalista dos burgueses que, historicamente, percebia os recursos naturais como sendo inesgotáveis e infinitos; e dos grandes latifundiários, senhores de engenhos, que viam na exploração humana de negros e índios o meio de manutenção do sistema colonial brasileiro que dominavam.

Com relação ao processo de colonização da América do Norte, pode-se dizer que, apesar de ter sido implementado quase que no mesmo período de colonização da hispano-américa, o desenvolvimento civilizador se diferenciava até mesmo no tipo de protesto que faziam os povos dominados, pois, já no ano de 1854, o governo dos Estados Unidos, ao propor a compra de boa parte das terras ocupadas pelas tribos comandadas pelo cacique Seattle, recebe do mesmo uma carta que retrata em cada uma das suas linhas a importância e o papel que o meio ambiente desempenhava na vida deles; além disso, relatava a preocupação quanto às conseqüências futuras do uso indiscriminado dos recursos naturais disponíveis, conforme se manifesta ao dizer que :

*“A água brilhante que se escoia nos ribeiros e nos rios não é somente água, mas o sangue dos nossos ancestrais. O destino de vocês é um mistério para nós. O que acontecerá quando os búfalos tiverem sido mortos? Os cavalos selvagens domados? O que acontecerá quando todos os cantos secretos da floresta estiverem impregnados do cheiro de muitos homens, e a vista das sazoadas colinas estiverem escondidas pelos fios que falam. (...) Onde está o arvoredo? Desapareceu. Onde está a águia? Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência.”(Figueiredo, 2002:275)*

No trecho, fica evidente o início da devastação que a industrialização e o progresso propulsionaram a partir do século XVIII. A invenção do telégrafo, a expansão das ferrovias, a produção de mercadoria em larga escala, a necessidade de mercados fornecedores e consumidores, a criação de máquinas e meios de transportes mais rápidos faziam deste cenário o anúncio de uma modernidade temerosa. Porém, vozes atuantes já dispensavam maior atenção aos bens da natureza. Foi assim que, já em 1872, os Estados Unidos criavam o

primeiro Parque Nacional do Mundo – Yellowstone National Park; enquanto, no Brasil, a princesa Izabel defendia e autorizava o funcionamento da primeira empresa privada de corte de madeira, iniciando o ciclo de exploração do Pau – Brasil, anunciando-se sua extinção no século XX. Somente em 1896, foi criado o primeiro Parque Estadual da Cidade de São Paulo.

A industrialização, marca do século XVIII, fez com que o mundo vivesse um paradoxo difícil de resolução: por um lado, obteve-se o progresso, desenvolveram-se a ciência e a tecnologia; por outro, desencadeou-se a problemática ambiental que apenas passou a ser preocupação dos países ricos, a partir do século XIX.. As diversas conferências internacionais, realizadas durante o século XX, com a finalidade de discutir os problemas ambientais, nos dão a percepção de que a lógica da exploração industrial como meio de intensificação da acumulação primitiva de riquezas é incompatível com o processo de emancipação cultural e humana das sociedades. Assim,

*"O antagonismo entre crescimento econômico e sustentabilidade é próprio de uma sociedade capitalista, na qual a preocupação em garantir a continuidade do processo de industrialização, afetado pelo esgotamento de recursos, esbarra em uma lógica de mercado, alheia à estratégia de médio e longo prazo em oposição à acumulação de renda e conseqüente disparidades econômicas" (Faria & Carneiro, 2001:19).*

A partir da década de 60 do século XX, frente às grandes catástrofes ambientais vividas pelo mundo, decorrentes da destruição das florestas e solos, alguns países sofrem com a desertificação, salinização, erosão, enchentes, poluição atmosférica. O mundo começa a perceber que a evolução galopante de uma crise ecológica em nível global é iminente. Diante desse quadro descontrolado e crescente, os países ricos passam a olhar com maior seriedade para os resultados advindos da ação humana sobre os recursos naturais; estes que por muito tempo foram vistos como algo bem independente da sobrevivência humana e, portanto, podiam ser explorados de modo indiscriminado.

Na mesma década, diversos especialistas e alguns acadêmicos se preocupavam com os resultados catastróficos decorrentes da irresponsabilidade de alguns países que, dentro da lógica do mercado de oferta e demanda, visavam o consumo acelerado e o lucro crescente, explorando os recursos naturais para que pudessem alcançar o topo da hierarquia econômica.

O modelo produtivo capitalista mostrou, durante os quatro séculos de existência, o reverso do processo de desenvolvimento para o progresso que a Revolução Industrial conclamou. Este processo, apesar de ter se desenvolvido nos países ricos, esteve

sempre diretamente ligado aos países pobres, visto que as indústrias e o mercado consumidor dos produtos europeus e americanos são mantidos graças aos recursos naturais advindos de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento como o Brasil (Cf. Dias, 2000).

Os países ricos e centrais, com grande capacidade de produção industrial e poder tecnocientífico se revelam em competentes poluidores ambientais e articuladores de discursos ecológicos artificiais, pois sabemos, sobretudo, que os custos-benefícios gerados por eles e pelo desenvolvimento industrial, retira-lhes a máscara de benfeitores globais, É assim

*“que as evidências de desarmonia entre seres humanos em todo o planeta tem sido crescente, assim como as agressões ambientais. Nas últimas décadas, com a globalização do modelo capitalista industrial de desenvolvimento e a cultura da “descartabilidade, do desperdício e da competição ant-solidária que o acompanha, intensificaram-se a iniquidade social e a insustentabilidade do convívio entre os seres humanos e a natureza” (Pádua & Sá, 2002:71)*

As grandes potências como EUA, Inglaterra, França e Alemanha, diante dos acordos político-econômicos, não conseguem propor medidas pontuais que visem minimizar os problemas sociais decorrentes do descaso e mau uso dos recursos naturais. É diante deste contexto que, em 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, Grã – Bretanha surge o termo "Environmental Education" (Educação Ambiental).

Muitos países entre os quais o Brasil, no século XX pareciam andar na "contramão" da história, pois enquanto as conferências internacionais clamavam por medidas que garantissem qualidade de vida às gerações herdeiras de um planeta enfermo, o Brasil apresentava ao mundo, com orgulho, o Projeto Carajás e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, símbolos do descaso com a ética humana e ecológica. Simultaneamente, foi criada, no Rio Grande do Sul, a Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural - (AGAPAN), primeira organização não governamental - (ONG) do Brasil, fundada pelo engenheiro agrônomo, José Luttemberg, um dos ambientalistas pioneiros do Brasil. Esta foi criada antes mesmo que houvesse qualquer tipo de instrumento legal que restringisse as ações humanas contra o meio ambiente, seja ele biótico ou abiótico.

Considerando o quadro sócio-ambiental, percebe-se que apesar dos países ricos e pobres estarem muitas vezes geograficamente bem distantes uns dos outros, quando se refere à sobrevivência, ou seja, vida animal e vegetal, estamos ligados e interdependentes. Diferentes, mas dependentes, os países e culturas estão vivendo juntos a problemática ambiental, formando uma rede intrinsecamente interrelacionada, como discute Santos (1995):

*De todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial, a degradação ambiental é talvez o mais intrinsecamente transnacional e, portanto, aquele que, consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre Norte e Sul, como pode ser a*

*plataforma para um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional.” (Santos; 1995: 296)*

## **1.2 - Surgimento da Educação ambiental no plano interno e global**

A realização de diversas conferências internacionais dá mostra da importância histórica, política e social da educação ambiental como processo de socialização dos indivíduos e, por isso, também é considerada instrumento de resolver muitos problemas ambientais, pois se espera que, por meio dela, as pessoas adquiram uma visão ampliada de que não se deve separar o contexto natural do social, o econômico do político e cultural. Mobilizar, portanto, diversas esferas das atividades e da diversidade humana, para que o mundo desenvolva a consciência de que a vida na terra corre sérios riscos, resultantes das sucessivas e crescentes agressões empreendidas sobre o meio ambiente, é o desafio das sociedades que deverão cada vez mais fortalecer suas estruturas educacionais, inserindo e aprofundando as discussões sobre a questão ambiental.

Em busca de promover discussões sobre as crises atuais e futuras vividas pela humanidade e denunciar a criação de “falsas necessidades” de crescimento material da sociedade, sem levar em conta os meios usados e os custos finais desse desenvolvimento para a comunidade planetária, seguimentos representativos da sociedade passam a se reunir em conferências frequentes. A primeira dessas conferências ocorreu no ano 1972, em Estocolmo/Suécia, sob o patrocínio da ONU (Organização das Nações Unidas). As discussões tinham como objetivo propor medidas para orientar a ação humana com relação ao uso racional dos recursos naturais. Sua importância, portanto, está no fato de que pela primeira vez se tomava a consciência de que a questão ambiental era, antes de tudo, uma questão educacional.

Segundo Dias (2000), a Conferência de Estocolmo chamou a atenção do Mundo para os problemas da relação homem/natureza, além disso, estabeleceu um “Plano de Ação Mundial” e um “Programa Internacional de Educação Ambiental”. De acordo com o autor, a recomendação nº 96 da Conferência reconhece que a educação ambiental é uma das melhores formas para minimizar a crise planetária, visto que a médio e longo prazos podemos construir uma sociedade mundial mais consciente e crítica quanto à importância da natureza para a sobrevivência humana.

Todavia, ainda estamos longe da concretização desse processo, pois a própria argumentação do governo brasileiro, durante a seção de exposição, dá o indicativo de que a sensibilidade ambiental ainda é um sonho. De acordo com o autor citado, o pronunciamento dos emissários governistas mostrou que, apesar da Conferência chamar a atenção do Mundo

para a enfermidade do Planeta Terra, a delegação brasileira defendia o posicionamento de que o país iria privilegiar o desenvolvimento, ainda que o custo ambiental fosse alto. As pressões de ambientalistas e do Banco Mundial foram imediatas e, diante delas, houve uma resposta concreta, pois, um ano depois da Conferência, a Presidência da República criava a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).

Apesar do momento político<sup>2</sup> delicado que o país atravessava, houve, de certo modo, por parte do Brasil, uma disposição de implantar e introduzir, no sistema educacional brasileiro, a educação ambiental. Isto para atender as reivindicações dos movimentos ambientalistas, as pressões do Banco Mundial e o compromisso assumido durante a Conferência de Estocolmo. Assim, de modo deformado, mas muito bem maquiado, o Brasil tomou a iniciativa de promover a educação ambiental no país.

Após a Conferência de Estocolmo, muitos encontros e fóruns foram realizados para a discussão e busca de soluções para os diversos problemas ambientais.. Nos debates, a educação ambiental sempre aparecia como uma forte aliada no combate à degradação ambiental, tanto nos currículos formais quanto na aprendizagem informal. Entre tantos encontros, alguns merecem destaque, aqueles que reforçavam os princípios e davam continuidade a algumas atividades de intervenção propostas no encontro sueco. As linhas básicas das discussões reafirmavam a necessidade de se promover, no âmbito educacional, um campo propício ao desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes quanto às questões referentes ao meio ambiente, conforme se refere no princípio nº 19 expresso em Estocolmo o qual transcrevemos na íntegra:

*É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspiradas no sentido de sua responsabilidade, relativamente a proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana.*

Em 1975, a UNESCO promoveu em Belgrado, Iugoslávia, o “Encontro Internacional sobre Educação Ambiental”. O objetivo deste encontro era formular os princípios e orientações para um Programa Internacional de Educação Ambiental. Segundo (Dias, 2000), a principal discussão foi em torno da desigualdade social mundial, pois as análises centravam-se nas ações que visassem diminuir as disparidades econômicas existentes entre os países do Norte e do Sul e incentivavam a criação de mecanismos que proporcionassem uma melhor qualidade de vida. Com um olhar integrador sobre a realidade

---

<sup>2</sup> A década de 1970 se consagrou como o período de recrudescimento da ditadura militar implantada no país desde 1964.



do planeta no contexto econômico, político, cultural, social e ambiental, cria-se também a “Carta de Belgrado”, propondo o desenvolvimento de uma nova “ética global”. Esta parece trazer consigo alguns aspectos que até então eram irrelevantes na ótica econômica do capitalismo, como: pobreza, fome, analfabetismo, poluição atmosférica, dominação e exploração. Pois,

*“(...) o que se busca é a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome, do analfabetismo, da exploração e da dominação. Não é mais aceitável lidar com esses problemas cruciais, de uma forma fragmentada (...) Nós necessitamos de uma nova “ética global” – uma ética que promova atitudes e comportamentos para os indivíduos e sociedades, que sejam consoantes com o lugar da humanidade dentro da biosfera.” (Dias, 2000: 37)*

Durante os anos de 1970, a Educação Ambiental no país ainda era inoperante e muito incipiente porque pois apenas reforçava os interesses dos países ricos e os objetivos que pretendiam atingir nos países subdesenvolvidos como o Brasil, pois as grandes potências rejeitavam qualquer instrumento que tivesse como fim desmascarar a ideologia dominante, baseada na exploração, produto do modelo produtivo vigente.

*“Os ricos não apoiavam abordagens que pudessem expor as mazelas ambientais sócio – econômicas, políticas, ecológicas, culturais e éticas – produzidas pelos seus modelos de “desenvolvimento” econômico praticado durante décadas e impostos a muitos países pobres.” (Dias, 2000: 19)*

Os encontros internacionais propunham aos países ricos pensar sobre a necessidade de se promover outra reunião para que as diretrizes propostas em Estocolmo e Belgrado pudessem ter campo propício em âmbito nacional. Assim, a UNESCO, com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) realizou, em 1975, novo encontro em Tbilisi, na Geórgia. Esta reunião foi a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. A mesma representa um marco histórico para a efetivação da Educação Ambiental como eixo norteador do processo de transformação da relação que a comunidade deve realizar para conviver com a natureza.

Neste encontro, pensou-se a questão ambiental sem desvinculá-la dos contextos político, econômico, social, científico, tecnológico e cultural; as pessoas que se encontravam engajadas no processo buscaram ter uma visão integradora do globo, que passou a não ser visto como norte e sul, mas planeta onde de modo complexo um é interdependente do outro, na busca de conhecimentos que possam proporcionar uma consciência crítica/ reflexiva quanto à utilização dos recursos naturais, indispensáveis para a sobrevivência humana, pois:

*“(...) Embora a relação de harmonia entre as pessoas e seu meio ambiente comece na comunidade local, o pensamento e a política evolucionários só podem existir mediante uma perspectiva global. A questão decisiva para a influência da nova cultura ecológica \_ a cultura verde \_ consiste na sua capacidade de unir os traços de culturas distintas em um hipertexto humano, constituído de diversidade histórica e comunidade biológica” (Faria & Carneiro, 2001:24).*

Sobretudo, a Conferência de Tibilise lançou os princípios, objetivos e características para que as estratégias pontuais referentes à Educação Ambiental possam ser pensadas de modo regional, nacional e internacional, conforme analisa (Dias, 2000), ao dizer que naquele espaço de discussão,

*“(...) Estavam lançadas as grandes linhas de orientações para o desenvolvimento da educação ambiental no mundo – caberia a cada país, dentro das suas características e particularidades, especificar as linhas nacionais, regionais e locais através dos seus sistemas educacionais e ambientais” (Dias, 2000:21).*

Assim é que, já na década de 1980, o Brasil começa a implementar uma legislação específica para o trato com os recursos da natureza. Em 1981, o ex- Presidente da República em exercício, João Batista de Figueiredo, sanciona a Lei nº 6938 que dispunha sobre o rumo da política ambiental no país e, em 1988, a promulgação da Constituição Federal, marca a história ambiental brasileira, na medida em que foi reservado um capítulo para a questão ambiental. Neste mesmo ano, o sindicalismo brasileiro tem uma perda irreparável com o assassinato do naturalista e líder sindical Francisco Mendes Filho, ou simplesmente, Chico Mendes.

Um ano após a promulgação da Constituição de 88, cria-se o IBAMA, por meio da lei 7735, que tinha como finalidade formular, coordenar e executar políticas que visassem preservar e conservar os recursos naturais dentro do território nacional. E já na década posterior, em 1991, o MEC publica o Decreto nº 678 de 14/ 05/ 91, determinando que os currículos do ensino fundamental e médio devem contemplar o tema referente à Educação Ambiental. Neste mesmo ano, aconteceu, em Brasília, o Encontro Nacional de Metodologias e Políticas para Educação Ambiental, promovido pela mesma instituição governamental, reafirmando as premissas de Tibilise.

Em 1992, uma década e meia depois da Conferência de Tibilise, a ONU promoveu mais um mega encontro internacional sobre o "Meio Ambiente e Desenvolvimento" ou ECO/ 92. Este encontro, além de reforçar as premissas que foram definidas nas Conferências anteriores, destacou ainda mais a importância e a necessidade de se desenvolver condições para realizar a educação ambiental.

O tema da educação ambiental esteve presente em todos os momentos do encontro; inclusive, para que as propostas apresentadas pela agenda 21 fossem efetivadas, era

necessário que as ações definidas estivessem apoiadas e coordenadas pelas diretrizes da educação ambiental. Um ano após a ECO/ 92, o MEC cria um grupo de trabalho em caráter permanente que era apoiado pela portaria 773, de 10. 05.93, com o objetivo de planejar e coordenar a implementação da educação ambiental em todos os níveis de ensino do país. Este grupo conseguiu durante dois anos realizar ações que, desde 1977, eram tentadas, mas sem obter sucesso. (...) *a busca por sustentabilidade implica uma mudança de valores, e neste processo a educação ambiental desempenha um papel relevante ... (Faria & Carneiro, 2001:25)*

Durante o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, pouco recurso ou quase nada era destinado à área ambiental. Isto demonstrava o descaso, no âmbito federal, de ações efetivas para a proteção ambiental. Assim, apesar dos discursos oficiais advogarem ter como missão desenvolver mecanismos legais que servissem de instrumento para se implementar uma estrutura de gestão ambiental, a prática na realidade era outra.

Na Segunda metade da década, em 1996 – a educação ambiental passa a ser incluída nos novos parâmetros curriculares nacionais como um dos temas transversais a serem trabalhados nos níveis escolares do sistema de educação formal. E, em 1999, é aprovada a Lei 959/99 que estabelecia a Política Nacional de Educação Ambiental. No apagar das luzes do século, no ano 2000, o MEC organizou um Seminário de Educação Ambiental que culminou na formulação da Lei 9984 que cria a Agência Nacional de Água (ANA), com o objetivo de implementar políticas nacionais dos recursos naturais.

Depois de dez anos passados da “Rio 92”, aconteceu, na cidade de Johannesburgo, África do Sul, o Encontro denominado **Rio + 10**. Este reuniu representantes de 193 países, com o objetivo de firmar acordos políticos que visam minimizar as crescentes destruições ambientais, a pobreza mundial e o analfabetismo ainda predominante em muitas regiões do globo.

Diante da insegurança, quanto à sobrevivência da espécie humana, as diversas entidades governamentais e não-governamentais tinham como proposta reafirmar as premissas dispostas em Estocolmo, Belgrado, Tibilise e na Rio/ 92, como também estabelecer prazos e forçar ações governamentais com fundamentos da sustentabilidade planetária, negando a lógica do mercado capitalista.

Todavia, pelas depoimento dos conferencistas, parece ter sido muito difícil falar de compromissos que pudessem resolver, mesmo que em parte, as problemáticas ambientais e sociais do Planeta, pois os países ricos pareciam não estarem preocupados com

a limitação dos recursos naturais. De acordo com Feldmann (2002), a Cúpula Mundial tentou manter um consenso internacional, quanto às ações propostas no encontro do Rio/ 92. Assim,

*“O verdadeiro objetivo da Cúpula de Johannesburgo, a discussão de medidas concretas para a implementar os acordos do Rio, não foi alcançado. Então, muita energia foi gasta para evitar retrocessos, e não para promover avanços” (Feldmann, 2002)*

Apesar da opinião pública saber da urgência no cumprimento das ações que foram propostas na Rio 92, os compromissos assumidos entre os Chefes de Estado foram modestos, visto que, nos acordos que foram firmados, apenas se conseguiu manter os que foram propostos na ECO/ 92; nada de novo aconteceu.. De acordo com Bolam (2002), dentre os temas discutidos, a desigualdade social ocupou lugar de destaque, pois

*“...não se podia falar em desenvolvimento sustentável “quando” 1,2 bilhões de pessoas estão famintas, 1,2 bilhões não têm acesso a água potável e quase 1 bilhão de adultos são analfabetos” (Bolam, 2002).*

O Brasil, apesar de apresentar algumas propostas viáveis, como conservar o mínimo de 10% de fontes renováveis em cada país, entretanto, perdeu o brilho quando, segundo Roberto Smerald (2002), às vésperas da reunião, o IBAMA concedeu licença prévia para a ameaça sem precedentes à floresta Amazônica, com a construção do oleoduto Porto Velho - Urucu. Apesar disto, o governo Fernando Henrique Cardoso deixou boa impressão para a opinião pública mundial e fechou a Conferência mostrando que é especialista em questões diplomáticas, pois :

*“O Brasil encampou na Conferência a mais objetiva e racional proposta colocada na mesa de negociação, isto é, o mínimo de 10% de fontes energéticas renováveis em cada país” (Smerald:2002)*

De Johannesburgo esperávamos muito e tivemos pouco, mas o importante é que entendemos que enquanto os Estados Unidos estiverem oferecendo mega subsídios agrícolas, não há como desativar os verdadeiros entraves a qualquer tentativa de implementação de políticas sustentáveis no Mundo. Essa prioridade aos interesses capitalistas de mercado transformou compromissos assumidos na Rio-92 em simples trabalhos voluntários na Rio + 10. Assim, parece que o mundo se encontra cada vez mais submisso às regras e normas que regem o mercado. Esta condição de submissão é uma das causas do desequilíbrio ecológico e, além disso, torna mais difícil a sobrevivência dos seres vivos e a manutenção do patrimônio natural e cultural.

A intenção era que prazos fossem fixados para se efetivar práticas; entretanto, das prioridades propostas, apenas algumas foram reconhecidas, como cuidar da distribuição de água, saneamento, energia, saúde e agricultura e os países ricos se comprometessem em ajudar dois bilhões de pessoas a ter acesso a água limpa e esgoto. Espera-se que a Cúpula

Mundial também tenha entendido que a problemática ambiental está intrinsecamente relacionada com a pobreza mundial, e que enquanto a conjuntura e a lógica do lucro ditarem as normas de funcionamento do globo, muito pouco será feito para salvar a Terra.

*"Embora o debate sobre desenvolvimento sustentável pressuponha o equacionamento do embate entre desenvolvimento para os pobres e preservação para os ricos, o conflito de interesses em torno das questões ambientais acentua as dissonâncias entre norte e sul, entre beneficiários \_prejudicados e regulação e redistribuição" (Faria & Carneiro, 2001:18).*

Todos os esforços são úteis quando se pensa na preservação e conservação dos recursos naturais e culturais como patrimônio da humanidade. Neste sentido é que destacamos e analisamos, pontualmente, o pensamento de alguns autores, cuja preocupação era procurar os meios a partir da reflexão teórica para repensar a relação humana com a natureza. Certamente que muitos autores concordam que a base dessa relação, sob novo paradigma, somente é possível, ao considerar a educação como processo civilizador. Assim, no próximo capítulo, discutiremos algumas propostas teóricas para melhor articular a teoria e o conhecimento empírico, como um modo de ler a realidade.

## Capítulo II

### **A educação numa incursão teórica: repensando a ética, rumo à consciência planetária**

Desde os primórdios, de Aristóteles (Ciência Clássica) a Newton (Ciência Moderna), a ciência foi pensada como processo civilizatório e, por isso, como instrumento essencial de conhecimento para a civilização Ocidental, visto que sua importância e desempenho tinham como fim que os seres humanos estabelecessem diferentes tipos de relações com o mundo social circundante e com a natureza. Porém, apesar de sua complexidade, o conhecimento científico foi concebido, durante séculos, como forma de saber compartimentado.

Sócrates, por exemplo, considerava a filosofia, fonte de todo o saber, Aristóteles, com visão mais pragmática e determinista, atribuía os seus pilares como sendo biológicos e Newton, já um representante da ciência moderna, concebia-a como unidades de cálculos matemáticos onde simples e complexos se igualavam. Como se pode notar, os discursos sobre os fundamentos do conhecimento são diversos, porém há um ponto convergente entre todos, a concepção da relação que se estabelece entre o homem e a natureza: um visto como observador e o outro como objeto de ciência. (Morin, 1998:21)

As recentes transformações, processadas na área do conhecimento e da própria realidade humana, fizeram com que estas visões tradicionais do conhecimento fossem questionadas. As condições forjadas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, modificando a própria história das sociedades, não permitem mais que o ser humano seja apenas observador da natureza. A própria condição ecológica do mundo, bastante distinta de épocas anteriores, fez com que os paradigmas tradicionais de cultivo do conhecimento fossem questionados. A preocupação com as condições ecológicas do meio em que vivemos nos levou a repensar nossas práticas e nossa situação de observadores e exploradores da natureza.

Os paradigmas que lutam para se impor, conforme pensa Kuhn(1998), dão indicativos de que os seres humanos precisam se sentir parte integrante do todo, que além de apenas observador ele seja a própria realidade vivida. De acordo com Prigogine (1984), ao longo da história, a visão fragmentada cedeu lugar à “complexidade”, à interdependência. O homem passou a perceber que não mais podia ser um estranho dentro do globo que ele próprio procurava entender e se arriscava a descrever, pois

*"Partindo duma natureza semelhante a um autômato, submetida a leis matemáticas cujo calmo desenvolvimento determina para sempre seu futuro tal como determinou seu passado, chegamos hoje a uma situação teórica completamente diferente, a uma descrição que situa o homem no mundo que ele mesmo descreve." (Prigogine; 1984:01)*

Foi o conhecimento científico que abriu o caminho para o ser humano criar a tecnologia de ponta, a bomba atômica, as armas biológicas, a microeletrônica, a biotecnologia. Desenvolvimento que não apenas parece, mas é perigoso, se não estiver baseado num tipo novo de consciência. É conhecimento complexo e, ao mesmo tempo, destrutivo que precisa ser cuidadosamente manuseado para não colocar em risco a própria existência humana e o planeta. O conhecimento científico deve acontecer em consonância com a sociedade planetária para que suas descobertas não passem apenas de aventura inconseqüente como ocorre quase sempre.

De acordo com Prigogine (1984), a ciência permitiu que se estabelecessem diferentes relações com a natureza e ela foi evoluindo conceitualmente até que pudesse se enquadrar dentro das necessidades que o homem tinha em relação ao mundo natural. Para isso, ocorreu um processo metamorfofísico desde os saberes produzidos dos pré – socráticos às abordagens da epistemologia moderna, em que a perspectiva experimental, portanto, empírica, expressava “duas dimensões constitutivas das relações homem/ natureza: compreender e modificar” (Prigogine; 1984:3). Para o autor, não é exagero falar dessa transformação conceitual como de uma verdadeira metamorfose da ciência.”

Com o desenvolvimento das sociedades, os indivíduos tiveram que se adaptar à realidade e, dessa forma, mudar determinados comportamentos em relação ao mundo natural. O homem, como ser histórico e produtor da ciência, percebe cada vez mais que não pode ser um estranho dentro do contexto por ele “compreendido” e transformado; por isso, já começa a entender que uma “nova aliança” é necessária entre observador e observado (natureza), para que as pessoas de ciência e consciência rompam com o monólogo e passem a desenvolver um diálogo real com a vida, pois,

*“(...) Descobrimos que o diálogo com a natureza não constitui mais o sobrevôo desencantado de um mundo lunar, mas a exploração, sempre local e eletiva, duma natureza complexa e múltipla” (Prigogine, 1984: 5)*

As ciências, tanto clássicas quanto modernas, estruturadas de modo fragmentado, não permitiam aos indivíduos condições para perceberem que o ambiente natural, do qual também são parte, era na verdade o próprio fundamento da vida. A concepção estreita, limitada e determinista da realidade parece estar sendo substituída por outras possibilidades de abordagem, e estas parecem já se imbuírem de um certo senso de incertezas, ao contrário dos paradigmas anteriores que prometiam a certeza naquilo que buscavam. A nova realidade, baseada na perspectiva que considera a complexidade do saber, nos mostra que era impossível entender a lógica de funcionamento da natureza enquanto

não nos víssemos como parte integrante e dependente do complexo que compõe e estrutura o movimento da vida no mundo.

Segundo Morin (1998), a ciência, que durante séculos foi concebida como instrumento de desenvolvimento material e assim uma ameaça aos saberes, tradições e costumes que foram construídos por meio de uma memória cultural, hoje precisa servir como meio de aproximação entre os seres vivos, sem que haja segregação de espécie. Necessita ser capaz de ligar e religar os sistemas de vida dentro de um complexo, onde os seres e suas sociedades evoluam na busca pela sobrevivência. A ciência, hoje, sem negar a complexidade do devir e ser natural, encontra condições de entender melhor o mundo real.

O mundo do século XXI tem um desafio pela frente: resolver os problemas ambientais decorrentes do crescimento populacional e industrial dos países. Nesse sentido, todos deverão se unir para abrir novos diálogos entre homem/ natureza e, além disso, para repensar que modelo de desenvolvimento é possível se implementar sem danificar o meio natural. Somente assim, pode-se efetivar a construção de uma nova aliança; e esta não deverá negar a diversidade e a imprevisibilidade. É preciso considerar que tanto a bactéria quanto os seres humanos nascem, crescem, se reproduzem e morrem; todos têm múltiplas ramificações e relações com o seu semelhante ou diferente, quer seja dentro do processo de evolução ou de degradação.

*"Assim a ciência se afirma hoje como ciência humana, ciência feita por homens. No seio de uma população rica e diversa em práticas cognitivas, nossa ciência ocupa a posição singular de escuta poética da natureza — no sentido etimológico em que o poeta é um fabricante —, exploração ativa, manipuladora e calculadora, mas doravante capaz de respeitar a natureza que ela faz falar." (Prigogine; 1984: 215)*

Trata-se do surgimento de uma ciência humana e seu enraizamento nas riquezas múltiplas como: natureza, sociedade, história e cultura. Se falarmos de maneira geral, seria o ideal de ciência que tenta descrever o complexo sem perder de vista o imprevisível, o inteligível e o integrado, conforme diz o autor citado :

Para a ciência do complexo, o conhecimento fragmentado está morto, pois a nova concepção não considera o mundo finalizado, estável, estático e fechado dentro de uma identidade estabelecida, com visão utilitária e dominadora da natureza, cuja abordagem sobre o homem é de um ser estranho ao mundo, inimigo e perigoso à sobrevivência da fauna e da flora e do próprio universo antrópico.

De acordo com Morin (1998), a ciência Aristotélica concebia o ser vivo como sendo estático, e tinha um propósito de conservação e não de transformação em que a evolução normal é aquela que leva à morte; a concepção Newtoniana percebia o homem



como a medida de todas as coisas, ou seja, para ele, o mundo estava disposto sobre a ciência do complexo; para Prigogine a ciência atual é aquela que:

*“(...) extraída dos sonhos de uma revelação inspirada, quer dizer, sobrenatural, pode descobrir-se hoje simultaneamente como “escuta poética” da natureza e processo natural nela, processo aberto, produtivo e inventivo. Chegou o tempo de novas alianças, desde sempre firmadas durante muito tempo ignoradas, entre história dos homens, de suas sociedades, de seus saberes, e a aventura exploradora da natureza.”(Prigogine; 1984:226)*

A discussão epistemológica do autor citado fez eco e outros pensadores se juntaram para construir uma ciência que contemple, ao mesmo tempo, o homem e a natureza. Morin (1999), convencido de que as críticas ao pensar determinista e fechado eram pertinentes, aprofunda ainda mais a discussão sobre a forma de conceber o saber. Sua visão condena o conhecimento simplificado que a ciência vinha desenvolvendo e propõe a erradicação do determinismo, para que possa se estabelecer um diálogo entre observador e observado, entre homem e natureza.

De acordo com o autor citado, vivemos uma época em que não se pode mais permitir que a discussão sobre a ciência esteja revestida por interesses particulares; além disso, toda forma de reducionismo deve ser superada para que o novo paradigma epistemológico do pensar complexo se desenvolva e se imponha; pois o conhecimento deve ver o real como incerto e refutável, porque dentro do itinerário da complexidade: *“(...) Há sempre um princípio de incerteza em todo conhecimento, em todo fundo de verdade.” (Morin; 1999: 9)*

Os procedimentos das ciências clássica e moderna eram sustentados pelos princípios de: ordem, separação e razão, segundo Morin (1999); no entanto, hoje não nos importa mais discutir se devemos separar ordem de desordem, separação de inseparabilidade, razão de emoção; mas interessa-nos tentar estabelecer um diálogo entre um e outro, para que, partindo de um, possamos entender melhor o outro, pois

*“(...) O problema não é a substituição da certeza pela incerteza. O conhecimento navega em um mar de incerteza, por entre arquipélagos de certezas, e deve detectar isso que chamo de dialógica certeza – incerteza, separação – inseparabilidade.” (Morin; 1999:30)*

A questão seria, portanto, combinar as partes e o todo para que se compreenda os processos de interdependência dos diversos campos da vida humana e a contradição que se estabelece no seio de uma sociedade. As análises referentes às transformações paradigmáticas que a ciência sofreu, ao longo do processo civilizatório, nos levam a entender melhor a questão sócio-ambiental vivida pelas sociedades contemporâneas. O conhecimento científico, que apenas se preocupava com a constatação racional dos fenômenos, também utilizava a experiência como forma legítima de se obter o conhecimento e também conceber

um mundo real "absolutamente" decifrado e dominado; como se isso fosse realmente possível. .

Os problemas ambientais e sociais, enfrentados pelas sociedades contemporâneas, fizeram com que o homem temesse pela sobrevivência de sua espécie e do planeta. Este temor não é despropositado, na medida em que as visões reducionistas e fragmentadas que a ciência produziu e legitimou, no decorrer da história planetária, deram origem aos inúmeros problemas de ordem socio-ecológica. Daí Morin (1998) pensar no desafio de uma reforma de pensamento, ou seja, construir uma “ciência com consciência”, em que tudo é pensado de forma relacionada, onde o simples e o complexo estão interligados, interrelacionados e não justapostos, pois, se apenas fizermos justapor os conhecimentos, os seres e objetos, observador e observado, não teremos grandes possibilidades de compreender a complexidade humana e planetária.

Da mesma forma, Morin (1999) pensa numa reforma paradigmática que proporcione o desenvolvimento de uma consciência social, que pense o local e o global de forma bem articulada, sempre com bases antropológica, sociológica, histórica, ética, ambiental e cultural. Esta sociedade mais humana divulga um pensamento científico que une, liga e realiza homem e natureza. O autor fala de um humanismo cuja ética não faz do homem o único ser do universo e dos outros meros objetos. Para ele, todos os seres vivos, sem distinção, devem ser pensados, tanto na sua unidade como na diversidade, pois, assim, contemplamos a complexidade que representa o globo e todo o tipo de vida que nele habita.

O homem que o mesmo autor pensa é aquele que num vai e vem contínuo de investidas sobre a subjetividade e a objetividade tenta entender o complexo por meio da descoberta do novo, do desconhecido, do imprevisível e do incerto. Assim, ao propor uma reforma de pensamento, ele contempla o âmbito educacional como um meio eficaz para a transformação de hábitos e atitudes, pois como diz: “... *A reforma do pensamento só pode ser realizada por meio de uma reforma da educação.*” (Morin; 1999: 34)

A sociedade informatizada, globalizada e capitalista do século XXI busca por meio da educação conscientizar as pessoas sobre a necessidade de erradicação da fome, do analfabetismo, da degradação ambiental e humana. As classes hegemônicas defendem e sustentam o indivíduo alienado, para que, refém dos interesses do regime classista, não consiga ter uma visão complexa do todo e das partes, aspecto fundamental para que se efetive um novo ideário de cidadania planetária, conforme argumenta o autor, pois

“ (...) *Para que haja o processo de base do século XXI, os homens e mulheres não podem mais ser brinquedos inconscientes não só de suas idéias, mas das próprias mentiras. O dever*

*principal da educação é de armar cada um para o combate vital para a lucidez.” (Morin; 2000: 33)*

Neste ponto, o pensamento de Morin (2000) e de Paulo Freire (1985) se assemelham, pois ambos chamam a atenção para a necessidade de uma transformação social, estrutural e epistemológica; mostram que a reforma intelectual tem que romper com o paradigma que separa de modo hierárquico dominante e dominado, observador e observado, o simples e o complexo, o homem e a natureza, ciência e história, parte e todo.

Freire (1985) considera que a educação é um dos meios eficazes no processo de transformação social e humana. Para ele, os indivíduos alienados quase nada podem fazer para que as ideologias dominantes sejam rompidas; isto dificulta muitas coisas, pois, “(...) *O desenvolvimento de uma consciência crítica que permita ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente.*” (1979: 33)

O autor critica o descaso social com a existência de imensos contingentes de pessoas excluídas, pois um milhão de analfabetos adultos é de grande valor para uma sociedade classista que não tem a menor intenção de possibilitar o desenvolvimento de cidadãos críticos que lutam contra as estruturas opressivas do modelo de sociedade vigente. Esta consegue manter o poder nas mãos de um pequeno grupo privilegiado, enquanto grande parte da população do mundo morre de fome.

Freire (1985), ao propor a pedagogia da libertação, desejava que a sociedade brasileira percebesse as suas reais possibilidades de luta, tanto no âmbito econômico-político como social, para que as transformações necessárias ocorressem, assim considerava que era “...*preciso partir de nossas possibilidades para sermos nós mesmos. O erro não está na imitação, mas na passividade com que se recebe a imitação.*” (1979: 35)

Em linhas básicas, vivemos em uma sociedade que utiliza a educação como mecanismo de controle social para subjugar e não humanizar. Esta ideologia procura fazer com que grande parte da população acredite que a ética é apenas um falso discurso, sem a menor utilidade prática. Freire, comprometido em pensar e contribuir na construção de vidas dignas por meio da pedagogia da libertação, rejeitou durante toda a sua trajetória etiquetas que viessem analisar a vida de modo simplista. A sua concepção de pedagogia busca conscientizar o homem quanto ao lugar que ele ocupa no mundo e de que forma deve pensar e julgar o mundo e a si mesmo.

No discurso de Freire, a ação pedagógica é também um ato político. Assim, se pensássemos os problemas do meio ambiente a partir da ótica da pedagogia libertadora, provavelmente teríamos grande contingente da população brasileira com condições de acesso

à educação ambiental e, por conseguinte, agentes multiplicadores importantes no processo de conscientização sobre a importância e o valor da natureza para a manutenção da vida..

Muito do que se falou em Johannesburgo parecia confirmar o pensamento de Freire, ao afirmar que “a imposição dos países ricos era sobre o povo e não com o povo”, pois alienado, despolitizado e analfabeto, este deveria se conformar em ser objeto e não sujeito da própria história.

Ao dizer que “educar é politizar”, o autor nos remete a uma reflexão dos compromissos que deixaram de ser firmados na Rio + 10 e o papel afirmativo da Educação Ambiental na enfermidade mundial, pois indivíduos politizados e conscientes de suas práticas são elementos fundamentais no processo de preservação e conservação dos patrimônios naturais e humano. Além disso, são divulgadores de uma nova ética e concepção de desenvolvimento. Podemos dizer que educados ambientalmente e politizados, os indivíduos seriam menos suscetíveis a ideologias descabidas cujo objetivo é explorar os recursos de toda ordem.

Percebe-se a importância que Freire atribui à relação entre educação e política e, sobretudo, vendo-a como fundamento na construção de indivíduos conscientes, críticos e agentes da transformação social, quando afirma que: “...ao povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico – cultural. Se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar” (Freire; 1983: 15).

Freire analisou essas relações com uma ótica bem próxima àquela desenvolvida por Antônio Gramsci, quando se referia ao conceito de intelectuais orgânicos e tradicionais, além de afirmar que as práticas e ações políticas são instrumento e meio para se desencadear qualquer transformação social.

Na obra **Pedagogia do Oprimido**, o autor discutiu os problemas educacionais, sem desvinculá-los dos sociais; mencionou, principalmente, aqueles ligados às estruturas e acontecimentos políticos. O próprio fato de pensar as questões fundamentais do seu tempo de maneira contextualizada fez da sua pedagogia um instrumento teórico e prático comprometido com a mudança social. O seu pensamento, em síntese, propunha uma educação libertadora, cujas bases eram antropológicas; por conseguinte, uma re-interpretação das relações entre política e educação.

Ao falar sobre os problemas ambientais, também estamos nos referindo à discussão dos direitos sociais que devem ser garantidos para que o indivíduo possa desenvolver as habilidades e competências necessárias para a sua inserção social e profissional. Os problemas sociais vividos por uma grande parcela da população brasileira,

como saneamento básico, água potável, analfabetismo, são indicadores da ausência do exercício da cidadania \_ situação ainda sustentada pelo Estado brasileiro. O país tem crescimento econômico que pode garantir os direitos básicos a sua população; no entanto, nega-se a cumprir suas obrigações ao organizar uma ineficiente estrutura educacional, incapaz de contribuir na promoção do desenvolvimento dos agentes históricos, produtores de saberes e de cultura, fundamentais no processo de transformação social.

Sem educação de qualidade e direitos sociais garantidos, os indivíduos não poderão desenvolver atitudes ambientalmente responsáveis. As relações sociais que compartilham dentro do contexto ambiental precisam de condições para que a relação homem/ natureza se efetive de modo integrado. O homem ao se tornar um ser socialmente consciente firma compromisso com o ecossistema e contribuí para o avanço de uma sociedade ecologicamente equilibrada.

Quando nos referimos à pedagogia de Paulo Freire, não estamos falando exclusivamente da educação formal, visto que durante muito tempo o mundo sustentou a idéia de que somente o conhecimento formal é legítimo. Todavia, esta forma de pensar era uma ferramenta eficaz usada pelas classes hegemônicas para reproduzir seus valores e perpetuar a relação, opressor/ oprimido.

Freire mostra que o saber popular merece respeito, pois não se aprende apenas nas fronteiras da escola e, além disso, esta instituição não garante a ninguém a cidadania plena. Na atual conjuntura política, vivemos um momento histórico<sup>3</sup> que para a classe dominante parece ser "surreal" , um proletário que rompe com as ideologias do *status quo* e comanda os rumos do país. Isso vem confirmar o que Freire coloca quando diz que homens politizados e conscientes são capazes de romper o conservadorismo e modificar as estruturas sociais estabelecidas, reafirmando, sobretudo, o pensamento de Marx, ao afirmar que politizado o indivíduo sai da alienação para que, por meio da luta de classe, transforme uma sociedade.

As ações políticas afirmativas que visam a preservação do nosso patrimônio natural e humano serão um dos grandes desafios enfrentados pela nova orientação do Estado. Certamente, o próprio líder do Estado brasileiro sabe que serão travadas muitas negociações diante das negações dos norte-americanos em firmar compromisso com a preservação dos recursos naturais do mundo e com a desigualdade social do Globo. Porém, é conhecida historicamente a posição do corpo governamental de que é preciso construir um novo código

de conduta; este baseado nos ideais destacados pela Conferência de Estocolmo, que seriam a construção de uma nova ética global, tendo como ferramenta a educação ambiental, pois vivemos atualmente em uma sociedade carente do cultivo de valores em que os princípios humanistas parecem estar em desuso.

De qualquer modo, o pensamento de Freire parece retratar na atualidade a importância de se pensar a construção de um indivíduo crítico e reflexivo, para a preservação e conservação dos recursos naturais, pois politizados estes podem ser agentes do desenvolvimento de uma nova “ética global”. A sociedade que queremos é aquela que conhece o significado dos termos: cooperação, amorosidade, respeito à vida e às diferenças.

Para Freire, todo e qualquer desenvolvimento humano tem que ter como meta um ideal democrático. Ele dizia que ninguém poderia pretender ser humano, sem que antes tentasse ser ético, e que jamais qualquer indivíduo poderia desenvolver esta característica se não respeitasse as diversidades, fossem elas de que natureza fossem. Se assim não o fizer, estará reproduzindo posturas preconceituosas e discriminatórias. Seu pensamento sempre teve como princípio o humanismo como fundamento da prática educativa, porém, não com uma ética qualquer, pois como argumenta:

*“(...) é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro. (...) Não falo obviamente dessa ética. Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. Da ética que condena(...) a exploração da força de trabalho e que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, gênero, de classe.” (Freire; 1997: 16, 17).*

O desenvolvimento de sistemas de educação ambiental no espaço interno das unidades de conservação e seu entorno, seguindo as linhas básicas do pensamento do autor citado, pode ser um instrumento eficaz na construção da nova ética global e, sobretudo, local. Neste trabalho, analisaremos as potencialidades e possibilidades de desenvolvimento de atividades ecoturísticas na área do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo. O ecoturista tem como objetivo interagir com o meio; assim, pensamos que a prática da educação ambiental no Parque Ecológico do Riacho Fundo, tendo como ferramenta a educação ambiental, pode contribuir no processo de construção de indivíduos portadores de uma consciência ambientalmente ética.

Inseridos num mundo em conflito e, com situações complexas, sentimos que vivemos às margens de valores éticos e morais, pois tudo isso toma proporções práticas de violências de toda a sorte, fazendo-nos acreditar que os vínculos sociais se desfazem. As

---

<sup>3</sup> O trecho se refere às eleições presidenciais de outubro, que elegeu, com maioria de votos, Luiz Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores como Presidente do Brasil, cuja profissão é metalúrgico que freqüentou pouco as salas de aula das escolas formais, obtendo apenas o nível de instrução secundária.

campanhas de fraternidade tentam representar a vida no amor ao próximo, na reestruturação da família, no respeito às diferenças e às minorias, como forma de retomar os rumos de um processo civilizatório que parece perdido, pois estamos frente a indivíduos angustiados e descrentes que buscam desesperadamente acreditar que viver ainda faz sentido.

Boff (1999) percebe o homem social e espiritualmente conturbado e, na sua teologia libertária, propõe uma nova ética do humano que tenha como objetivo fazer os seres humanos repensarem suas práticas, analisando presente, passado e futuro, pois somente assim será possível estabelecer um novo "contrato". Este deverá ser firmado, considerando a natureza das relações complexas entre si e com o meio ambiente

O mesmo autor mostra que este homem globalizado, que busca incessantemente promover o reencontro consigo mesmo e com o mundo, primeiro precisa se perceber parte integrante de uma sociedade descuidada e descomprometida com o planeta. Sobretudo, deverá desenvolver a sensibilidade e a capacidade para cuidar do nicho ecológico, construir a sustentabilidade, assistir aos pobres, oprimidos e excluídos pelo corpo e pela alma. Este ser humano precisa resgatar os sonhos, criar e lutar por novas utopias que tenham como ideal construir uma sociedade em que sentimentos, ternura, carícia, cordialidade, compaixão e amor se desenvolvam tanto quanto a tecnologia de ponta, a bomba-atômica, a informática e a biotecnologia.

Se este ser humano conseguir desenvolver competências e habilidades para construir este ideal de sociedade, em que razão e emoção, modernidade e tradição estejam articuladas, o planeta terá condições de criar e divulgar uma nova ética humana. Esta calcada na sensibilidade de perceber a beleza e a grandeza que se encontram ao pisar em uma grama verde, em observar o amadurecer de um fruto e o amamentar de uma criança, na satisfação que é ajudar os pobres e oprimidos, ver a importância que tem preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento de um modelo produtivo que possa ser mais justo e equitativo.

De acordo com Boff (1999), o ser humano moderno é pretensioso e arrogante ao considerar que tudo projeta, conhece e domina. Esta representação de si mesmo acabou por desenvolver no ser humano, o "Complexo de Deus". Mas como se sentir criador e dominador, se, na verdade, não consegue controlar a destruição do universo e sua autodestruição? Para o autor, este homem precisa rever sua posição de sujeito, sobretudo, deverá constituir um novo paradigma civilizatório, pois *"...Ao "complexo de Deus" devemos propor o "nascimento de Deus" dentro de cada pessoa, da história, da humanidade, e sua epifania no universo"*(Boff; 1999: 21)

O autor citado se refere à necessidade que se tem de informar, e formar por meio da educação uma quantidade cada vez maior de indivíduos conscientes para que se multiplique uma massa crítica com possibilidades reais de empoderamento. Argumenta que o saber é necessário; entretanto, mais importante que saber, seria nunca perder a necessidade de sempre querer aprender mais, pois para o autor:

*“O saber nos confere poder. O saber e o poder nos levaram à Lua, e já para fora do Sistema Solar. Mas a serviço de que projeto de ser humano, de sociedade e de mundo utilizamos o poder da ciência e da técnica?” (Boff; 1999:22)*

De qualquer modo, o indispensável é o saber, pois com ele se pode manusear a técnica para que sirva como instrumento de proteção da vida, e do planeta. Se continuarmos usando as técnicas, o conhecimento e os recursos naturais de forma irresponsável, em pouco tempo desaparecerá a diversidade de espécies da fauna e da flora que compõem ainda hoje o nosso ecossistema. Se isso acontecer, estará se extinguindo, *“(...) uma biblioteca de conhecimentos acumulados pelo universo no curso de 15 bilhões de anos de penoso trabalho evolutivo.” (Boff; 1999:19)*

Boff (1999) também nos fala da sociedade do conhecimento que cada vez mais se encontra incomunicável e sozinha. O próprio fato de dispensar tempo e atenção a bugigangas tecnológicas, tipo “Tamagoshi”, mostra que essa sociedade tem urgência de buscar e encontrar um novo rumo. Este somente pode ser encontrado com uma nova disposição dos seus membros, em ser cuidadosos e gentis com o próximo, os espoliados, as crianças, os velhos, os moribundos, os animais, as plantas e por fim consigo mesmos, visto a constante ameaça de extinção que vem sofrendo a espécie humana e o planeta Terra.

Sonhar com uma sociedade onde crianças, jovens e adultos não mais precisem utilizar aparelhos eletrônicos como substitutos humanos para superar a solidão, não é desperdício de tempo e energia, é, antes de tudo, construir por meio da imaginação uma nova realidade que é possível concretizar, pois somos todos participantes e não meros espectadores do palco da vida. Para dar sentido à vida, é preciso, não apenas, “ter mente sã em corpo sã”, mas também cultivar a espiritualidade, pois somente assim podemos vivenciar, segundo Boff (1999), o significado sagrado de todas as coisas, buscando outras fontes de visão de futuro para o planeta e para a humanidade. Assim, o autor propõe que

*“Busquemos hoje ansiosamente uma espiritualidade simples e sólida, baseada na percepção do mistério do universo e do ser humano, na ética da responsabilidade, solidariedade e da compaixão, fundada no cuidado, no valor intrínseco de cada coisa, no trabalho bem feito, na competência, na honestidade e na transparência das intenções.” (Boff; 1999:25)*

Se esta ética que tanto Freire quanto Boff propõem se impuser como regra básica para a convivência social, se transformar em realidade, certamente o planeta e os



seres humanos terão oportunidade de vivenciar a verdadeira beleza de ser sobreviventes no mundo de variadas cores, pois basta olhar a natureza e a grandeza da criação. Nenhum artista é fantástico a ponto de reproduzir a força e o significado que cada processo e cada existência exprimem.

No próximo capítulo, discutiremos os esforços de grupos e pessoas engajadas no processo de proteção do meio ambiente, cujos resultados de pressões foram :a elaboração de legislação que procura educar e até mesmo disciplinar e punir quanto ao uso indiscriminado dos recursos da natureza. Antes, porém, faremos a caracterização do espaço onde foi realizada a pesquisa para a elaboração deste trabalho.

## Capítulo III

### 3. Contexto sócioeconômico da Região Administrativa do Riacho Fundo – RA XVII

A Cidade Satélite do Riacho Fundo foi criada no dia 13 de março de 1990, pelo Programa de Erradicação das Invasões, como uma das metas da Política Habitacional do GDF, da primeira gestão de governo de Joaquim Domingos Roriz. Durante o período de criação, muitos grupos familiares receberam seus lotes sem qualquer infra-estrutura básica e para lá seguiram para construir seu lar.

Muitas famílias beneficiadas que deram início às primeiras quadras da Granja do Riacho Fundo foram aquelas que já estavam cadastradas na antiga Sociedade Habitacional de Interesse Social (SHIS), atualmente substituída pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Distrito Federal (IDHAB), no Centro de Desenvolvimento Social (CDS) e moradores do acampamento da ex- Telecomunicações de Brasília (TELEBRASÍLIA). O nome da cidade é uma homenagem ao Córrego do Riacho Fundo, que tem suas nascentes dentro dos limites desta região.

De acordo com dados da Administração local, o assentamento da Granja do Riacho Fundo foi transformado na décima sétima Região Administrativa do Distrito Federal, pela Lei nº 620 de 15/ 12/ 93, e no ano de 1994, pelo Decreto nº 15.441, de 07/ 02/ 94 foi criado o parcelamento do Riacho Fundo II que, segundo o Censo – 2000 IBGE, já contava com 20. 242 moradores assentados. A soma dos dois Riachos I e II totaliza 41.378 habitantes, dos quais 95% se concentram no meio urbano. Antes, porém, de se transformar em complexo urbano , esta localidade era ocupada pelas colônias agrícolas que ainda permanecem em algumas áreas.

A região do Riacho Fundo está dividida em áreas urbanas e rurais: O Riacho Fundo I abriga o antigo bairro da TELEBRASÍLIA (atual QN 01), as Quadras Sul (QS), as Quadras Norte (QN), Área Central (AC) e Setor de Oficinas e pequenas indústrias. Riacho Fundo II é composto das Quadras Nortes (QN), Quadras Centrais (QC) e as Quadras Industriais (QI). O CAUB I e CAUB II são as áreas rurais que foram transformadas em urbanas de baixa densidade. Há na margem esquerda da DF 01, sentido – Gama, uma extensa área rural de propriedade da EMBRAPA.

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), a Região Administrativa do Riacho Fundo, Gama e Candangolândia apresentam níveis intermediários de escolaridade se comparados aos índices das demais regiões do Distrito Federal. Considerados como bons, mas não satisfatórios, somente ficam

abaixo daquelas regiões tradicionalmente conhecidas como sendo de maior poder aquisitivo, como Brasília, Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro e Guará, conforme se pode observar no quadro abaixo:

**Quadro I – Nível de escolaridade no Riacho Fundo  
Distrito Federal -1997**

<b>Níveis de escolaridade</b>	<b>%</b>
Analfabetos	3,1
Sabem ler e escrever	3,6
Pré – escola	5,2
Ensino Fundamental incompleto	48,5
Ensino Fundamental completo	8,8
Ensino Médio incompleto	10,2
Ensino Médio completo	15,4
Superior incompleto	2,2
Superior completo	2,7
Pós – graduação	0,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN – 1997)

De acordo com o quadro acima, há um grande contingente que apenas cursou o ensino fundamental; isto se deve ao fato desta região ainda ser composta de pessoas que vieram e ainda vêm para Brasília, geralmente a grande maioria proveniente do interior do Nordeste , sem nenhuma condição de sobrevivência, necessitando de assistência do Estado.

Quanto à renda familiar, muitas vezes pesquisas como as realizadas pelo Perfil Socioeconmico das Famílias do Distrito Federal (PISEF) apontam uma certa equivalência entre o nível de escolaridade e a renda familiar. No entanto, observa-se que no Riacho Fundo, apesar da maioria ter apenas o nível de instrução fundamental, os salários se concentram na faixa de 2 a 10 salários mínimos. Em comparação com outros municípios do país, esta região tem bons índices salariais; se observados apenas no contexto do Distrito Federal, os patamares salariais são baixos.

**Quadro II – Renda Familiar: Riacho Fundo  
Distrito Federal 1997**

<b>Renda Familiar</b>	<b>%</b>
Até 2 salários mínimos	12,6
De 2 a 10 salários mínimos	55,8
De 10 a 25 salários mínimos	27,3
De 25 a 40 salários mínimos	4,7
Acima de 40 salários mínimos	1,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central- CODEPLAN – 1997

Quanto à produção cultural, pode-se dizer que o Riacho Fundo tem expressão no que se refere a produzir talentos que aparecem em âmbito local e nacional. Tem um povo bastante criativo que procura desenvolver suas potencialidades por meio da música, das artes plásticas, do teatro. Um bom exemplo é o da Cooperativa "100 DIMENSÃO" em que a arte é a própria tradução de atividade produtiva, conforme se verá no próximo capítulo. Para diversão e inclusão popular nos acontecimentos culturais, foi criado e implementado, pelo GDF, o "Programa Arte por toda parte" da Secretaria de Cultura do DF.

Esta política cultural deu origem às quadras poliesportivas, campos de futebol em terra batida e campos de areia, além de patrocinar e subsidiar espetáculos teatrais e musicais em curtas temporadas a preços populares. Isto parece ser insuficiente; todavia, tem sido uma das poucas opções de cultura e lazer disponíveis para os moradores. Nesta Região Administrativa, não há shopping, cinema, teatro, e nem ginásio de esporte; e o único clube da cidade, a Associação dos Servidores do Ministério da Agricultura (ANSA), se encontra fechado. A cidade ainda conta com a Biblioteca Pública com acervo de 10.420 livros, que atende diariamente em média 300 usuários e possui 220 sócios cadastrados. Esta Biblioteca também oferece aos moradores locais uma brinquedoteca que funciona diariamente.

No que se refere à potencialidade ecoturística, pode-se dizer que o Riacho Fundo apresenta alguns lugares apropriados para a exploração do turismo. Entre eles podemos citar o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo, que após sua implementação será um grande atrativo para visitação turística, uma vez que seu rico patrimônio natural é diversificado. A Mesa JK, móvel sobre o qual o fundador de Brasília trabalhou e fez reuniões importantes durante a construção da capital; esta relíquia representa um marco histórico/ cultural não só da cidade do Riacho Fundo mas do Distrito Federal; o que sugere formular projeto de criação do museu histórico da localidade.

Outro potencial é o Córrego do Riacho Fundo, cujo atrativo turístico está na sua beleza natural e na condição de tributário da Bacia do Lago Paranoá. Todavia, o mesmo carece de muito cuidado conservacionista, uma vez que sofre agressão com a poluição das suas nascentes e ao longo do curso. As observações feitas para este estudo permitem afirmar que, uma vez preservado, o córrego do Riacho Fundo poderá ser um contribuinte direto e indireto para a melhoria da qualidade de vida de uma parcela significativa da população local; além disso, muito importante para a preservação da biodiversidade da fauna e da flora da região do cerrado.

A Fazenda Sucupira é uma propriedade administrada pela EMBRAPA. Este local também pode se transformar numa boa parceria para o desenvolvimento do Ecoturismo,

visto que possui grande extensão de vegetação nativa, portanto, com uma biodiversidade. Muitos espaços são dedicados a pesquisas científicas relevantes para o meio ambiente do DF, nas áreas da agropecuária e de recursos hídricos. Apesar da realização destas atividades relevantes, é grande a pressão urbana e sobretudo política para lotear a área, que apenas interessa à especulação imobiliária.

### **3.1 Caracterização do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo**

O Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo foi criado pela Lei nº 1.705, de 13 de outubro de 1999; sua localização fica na Região Administrativa do Riacho Fundo – RA XVII, com área que corresponde a 532, 24 hectares de terra. Sua extensão se encontra delimitada ao norte pela Granja Riacho Fundo, Regimento da Polícia Militar montada, a Estação de Tratamento de Esgoto, a Chácara s/ nº, Dácia e a Colônia Agrícola Sucupira, a leste; pela Fazenda Sucupira ao sul; e pela Fazenda Sucupira e Riacho Fundo II, a oeste. O artigo 2º da citada Lei determina que o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo tem como objetivos principais:

**I** – Garantir a diversidade biológica da Fauna e da Flora locais, preservando o patrimônio genético das espécies e a qualidade dos recursos hídricos disponíveis;

**II** – Utilizar os componentes naturais locais para a educação ambiental, por meio de um núcleo de educação ambiental;

**III** – Proporcionar à população recreação e lazer em contato direto com o meio natural e em harmonia com o ecossistema da região.

No interior do Parque Ecológico do Riacho Fundo, estão as nascentes do Córrego de mesmo nome que, segundo Netto (2002), engloba grande extensão de mata, vegetação do cerrado, pastos e bosques de espécies exóticas em bom estado de conservação.



**Foto I: vegetação nativa do Parque**



**Foto II: vegetação nativa do Parque**



**Foto III: vegetação nativa do Parque**



**Foto IV: vegetação nativa do Parque**

Ao se referir à hidrografia do Distrito Federal, aponta-se o Córrego do Riacho Fundo com escoamento de suas águas voltadas para o Lago Paranoá; este faz parte da sub-bacia do Rio São Bartolomeu. O Lago Paranoá é formado pelos Córregos do Bananal, Cabeça do Veado, Gama, Taquari, Torto e Riacho Fundo. Desses, poucos não estão inclusos dentro de uma unidade de conservação. (Walter & Sampaio; 1998)

Diz o inciso I, do artigo 2,º da Lei nº 1.705, de 13/ 10/ 97, que um dos objetivos do Parque é conservar a qualidade dos recursos hídricos disponíveis. Ao analisar as etapas de implantação do mesmo, pode-se sugerir que muitas coisas já foram implementadas, para que as nascentes internas ao Parque fossem protegidas da poluição. É importante citar, como processo de conservação das mesmas, o ato de criação desta Unidade de Conservação<sup>4</sup>; a criação da Lei que irá regular as atividades e projetos que deverão ser desenvolvidos dentro do Parque e seu entorno, antes e depois de sua implementação; a criação da COMPARQUE<sup>5</sup> que é uma comissão permanente destinada a implantar e viabilizar os Parques Ecológicos e uso múltiplo do DF, no triênio 2000 a 2003.

De modo geral, o que se percebe é uma intensa mobilização, tanto popular quanto técnico-acadêmica, em torno dos problemas do Parque. Os esforços, a seriedade e consciência do grupo de pessoas engajadas, movidas pelo desejo de preservar e conservar o meio ambiente, podem ser percebidos pela organização do Comitê Comunitário Sócio-ambiental do Riacho Fundo que conta com a participação de representantes da Comunidade (moradores), das Universidades (pesquisadores) e ONGs (ativistas e voluntários). Entretanto,

<sup>4</sup> De acordo com LIMA E SILVA et. ali. (1999), esta denominação aplica-se à utilização racional de recursos naturais qualquer, de modo a se obter rendimentos satisfatórios que garantam sua renovação e auto-sustentação. Nestes termos, conservação difere da categoria preservação, pois a primeira admite o uso e o manejo, enquanto a outra não.

<sup>5</sup> Comissão Permanente de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplos dos Distrito Federal, criada pelo Decreto nº 21.063 de 14.03.2000, com a missão, entre outras, de implantar os parques e propor a organização administrativa dos mesmos.

foi a COMPARQUES a responsável pelos estudos necessários para que as poligonais do Parque fossem definidas e, em seguida, se realizasse o processo de cercamento da área.

De acordo com estudos técnicos, analisa Pedro Netto (2002), o desmatamento que vem ocorrendo na área das matas ciliares e de galeria existente nas margens e nascentes do córrego do Riacho Fundo está provocando um acelerado processo de assoreamento que pode provocar a alteração do curso do Córrego do Riacho Fundo; além disso, o relatório de impactos ambientais (RIMA; 1992), realizado pela Secretaria do Meio Ambiente do DF, alerta que a sub-bacia do Riacho Fundo tem sofrido várias agressões, devido à intensa ocupação urbana nesta área.

O RIMA também revela que o Córrego do Riacho Fundo é um dos principais poluentes do Lago Paranoá, uma vez que suas águas recebem os dejetos industriais e domésticos no percurso que realiza: cidade do Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Guará I e II e Setor de Indústrias e Abastecimento.

Segundo o artigo 3º da citada lei que criou o Parque, é de competência da Administração Regional do Riacho Fundo implantar, administrar e manter o Parque Ecológico, sob a orientação e supervisão da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. O artigo 4º assegura que o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo deverá ter uma administração tripartite composta pelo governo, usuários e entidades associativas de proteção ambiental do Distrito Federal.

O Córrego do Riacho Fundo não abastece de água potável nenhuma cidade no Distrito Federal; entretanto é o principal responsável pela manutenção da diversidade dos ecossistemas de fauna e flora que compõem a paisagem desta região do cerrado. Porém, tudo isso está ameaçado, uma vez que a descarga de dejetos industriais, esgoto e lixo são lançados diariamente no mesmo.



**Foto V: poluição de trecho do córrego**



**Foto VI: córrego ameaçado pela poluição**



Para protegê-lo, basta aplicar o que está disposto nas leis de regulamentação, pois de acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – (PDOT), no artigo 25 da Lei complementar nº 17/97, esta unidade de conservação está caracterizada dentro dos dispositivos legais da Lei complementar 265 de 14/ 12/ 1999.

### **3.2 Lei complementar nº 265 de 14/ 12/ 1999: dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de uso Múltiplo do Distrito Federal**

A criação dos Parques como área de conservação foi uma necessidade, no sentido de proteger o patrimônio natural, cultural e/ ou histórico. Estas áreas, na maioria das vezes, vêm sofrendo impactos negativos sobre seu ecossistema; muitas vezes práticas e atitudes prejudiciais ao meio ambiente podem está relacionadas à falta de informação, ao desenvolvimento de atividades nocivas no seu interior ou entorno e à inoperância dos poderes públicos, provocando a depredação e a degradação que geram perdas muitas vezes irreversíveis para o meio ambiente.

Na realidade, as unidades de conservação precisam de leis que permitam o estabelecimento de tipos de gestão que sejam mais rigorosas na afirmação das normas e regras básicas para que estas áreas sejam administradas e protegidas de maneira eficaz. Na verdade, as gestões cujos ideais se estruturam considerando a proteção do meio ambiental deverão ter sensibilidade para tratar da complexidade que é a relação homem/natureza; por isso é oportuno pensar no esforço teórico de Morin (1998) ao afirmar que qualquer que seja a natureza do conhecimento, este tem que lidar com a questão da complexidade, uma vez que o ser humano pressupõe dimensões biológicas, físicas, psicológicas, sócio-antropológicas e espirituais.

Para tanto, o Ministério do Meio Ambiente, com a participação de vários segmentos sociais, criou o SNUC pela Lei nº 9.985/00 de 18/ 07/ 2000; e dois anos depois editou o Decreto nº 4.340 de 22/ 08/ 2002 que regulamenta a existência do SNUC (Sistema Nacional de Unidade de Conservação); ambos são dispositivos legais que orientam as práticas de gestão das Unidades de Conservação (UC) federais, distritais, estaduais e municipais.

De acordo com o SNUC, as unidades de conservação se dividem em dois grupos: I - Unidade de Proteção Integral (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e II - Unidade de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável



e; Reserva de Patrimônio Natural). Esta divisão tem como critério a existência de características específicas que cada agrupamento apresenta.

Apesar de ser interessante a análise de cada uma dessas definições, não iremos nos deter nestes aspectos de modo aprofundado, pois a discussão deste trabalho dará ênfase apenas a uma Unidade de Conservação: o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo, que tem uma característica específica.

O SNUC prevê os Parques Nacionais que apresentam características peculiares. Por isso, os Estados e Municípios podem se orientar por este instrumento e propor a criação de Unidades de Conservação que não estejam contempladas, tendo em vista a necessidade e característica de cada região. Na área jurídica, a competência de legislar (criar leis) é da União. Esta lei pode ser compartilhada entre União, Estado e Município, a que chamamos de competência legislativa compartilhada, e se subdivide em duas categorias: complementar e suplementar.

Lei Complementar é quando o Estado e Município podem também legislar sobre a mesma matéria que a União. Da ótica do nosso objeto de análise, queremos esclarecer que a União criou as categorias de Unidades de Conservação que são contempladas pelo SNUC; entretanto, o Distrito Federal pode criar categorias de conservação diferentes das apresentadas pela União. Este poder de legislar sobre a competência legislativa da União, chamamos de competência legislativa complementar.

O objeto de nossa discussão, o Parque Ecológico do Riacho Fundo, é uma Unidade de Conservação que é regulamentada pela Lei complementar nº 265, de 14/ 12/ 1999,. Esta Lei divide as unidades em duas categorias que são: Parques Ecológicos e Parques de Uso Múltiplo. Para a COMPARQUE, o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo se enquadra na segunda categoria, uma vez que

*“O Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo é um parque de uso múltiplo que vai ter sua área de preservação, porém, apresentará uma área vivencial onde as pessoas vão ter um projeto básico, ou seja, pista para ciclista, trilha para pedestre. Nós vivemos hoje uma situação atípica, porque não está previsto o Parque no SNUC, como nós conceituamos aqui. A lei da criação é uma lei distrital.” (COMPARQUES – Entrevista 06/ 02/ 2003)*

As características específicas do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo enquadram-se na categoria de Parques de uso múltiplo, conforme dispõe a Lei complementar nº 265 do Distrito Federal. De acordo com o Art. 1º da Lei:

**I.** Unidade de Conservação: espaço territorial delimitado e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos definidos, sob regime específico de administração, aos quais se aplicam garantias de proteção;

- II.** Conservação da Natureza: o manejo da biosfera, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a melhoria do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantir a sobrevivência dos seres vivos em geral.
- III.** Recursos Naturais: o solo, as águas, os recursos biológicos ou qualquer outro componente dos ecossistemas, de valor ou utilidade atual ou potencial para o ser humano; (a questão que se coloca com relação a este item é: e os outros seres vivos, não necessitam destes mesmos recursos para sobreviver?).
- IV.** Preservação: as práticas de conservação da natureza que assegurem a proteção integral dos atributos naturais.
- V.** Manejo: o ato de intervir sobre o meio ambiente, com bases em conhecimentos científicos e técnicos, com o propósito de promover e garantir a conservação da natureza.
- VI.** Uso Sustentável: forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente, que garanta a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos.
- VII.** Recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível de sua condição original.
- VIII.** Restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível de sua condição original.
- IX.** Plano de manejo: documento técnico que, com base nos objetivos de uma Unidade de Conservação, define o seu zoneamento, orienta e controla o manejo dos seus recursos e a implantação das estruturas necessárias para a gestão da unidade.
- X.** Zoneamento: processo de definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação, com objetivos de manejo e normas específicos, realizados de acordo com parâmetros gerais da categoria e objetivos gerais da Unidade, visando uma efetiva proteção, manejo e controle da mesma.
- XI.** Zona de transição: porção do território e águas jurisdicionais adjacentes a uma Unidade de Conservação, definida pelo Poder Público, submetida a restrições de uso, com o manejo e controle da mesma.
- XII.** Unidade de Uso Sustentável: aquela em que haja proteção parcial dos atributos naturais, admitida a exploração de parte dos recursos disponíveis, em regime de manejo sustentável, sujeita às limitações legais.

A Lei Complementar 265 determina que os Parques de Uso Múltiplo, como é o caso do Parque do Riacho Fundo devem ser criados em áreas de fácil acesso para a população, possuir infra-estrutura básica e atividades recreativas aos visitantes, conforme dispõe o artigo 6º da Lei:

*“Os parques de uso múltiplo devem situar-se dentro dos centros urbanos, ou contíguos a estes, em área de fácil acesso à população, predominantemente coberta por vegetação, nativa ou exótica.”*

E, no Parágrafo único, dispõe:

*“As áreas selecionadas para criação e implantação de parques de uso múltiplo devem possuir infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades recreativas, esportivas, educacionais e artísticas.”*

Este enunciado deixa claro que uma das intenções do Governo do Distrito Federal no ato da criação e implantação desta Unidade de Conservação foi de oferecer à comunidade e/ ou / ao visitante do Riacho Fundo uma opção de lazer e turismo com bases sustentáveis, visto que estas atividades deverão ser desenvolvidas com bases na conscientização e educação ambiental. O artigo 7º desta Lei, esclarece que os objetivos do Parque de Uso Múltiplo são: I - *Conservar as áreas verdes, nativas, exóticas ou restauradas, de grande beleza cênica; II - Promover a recuperação de áreas degradadas e a sua vegetação, com espécies nativas ou exóticas; III - Estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.”*

As atividades de lazer, recreação e turismo que serão desenvolvidas dentro do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo deverão ser planejadas tendo como norte os objetivos previstos nesta Lei, pois somente o seu cumprimento pode garantir o ideário conservacionista do patrimônio natural.

Apesar de haver uma preocupação com o reparo da lei como instrumento de preservação e conservação, pode-se dizer que mesmo para conhecer a lei, é preciso organizar meios de informar e educar a população quanto à importância da manutenção e, sobretudo, sobre a finalidade da existência daquela área, que tem também como fim proporcionar qualidade de vida aos moradores da cidade em questão e do entorno. Além disso, a própria demanda de visitantes que deverão procurar este local, tendo em vista a escassa opção de lazer dos habitantes locais e do Entorno, é tão numerosa que pode comprometer a integridade do ecossistema que compõe a paisagem natural desta área. O próprio Art. 9º da citada Lei inibe certas práticas que coloquem o patrimônio em risco, pois conforme dispõe:

*“Nos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo, é vedada qualquer atividade ou empreendimento, público ou privado, que comprometa as características naturais da área, ou que coloque em risco a integridade dos ecossistemas e da biota local.”*

Os objetivos propostos nessa lei nos levam a perceber a necessidade de fiscalização da área. Assim, o Artigo 14 propõe criação de um conselho gestor atuante e consciente de seu dever para com o meio ambiente, para que, com suas atribuições, faça cumprir os objetivos previstos pela Unidade de Conservação do Riacho Fundo.

O trabalho de implantação do Parque não pode priorizar uma visão egoísta sobre a sua utilização, ele precisa antes se pautar em ações concretas de proteção ambiental para que a população do entorno também usufrua dos bens da natureza. Pelo menos no corpo da lei, esta ética humana e ambiental aparece e dá fundamento às práticas do referido Conselho Gestor, pois a Lei Complementar nº 265 dispõe no seu artigo 14, que será de competência dele: **I. Aprovar os projetos de atividades de recreação, lazer, esporte, educação, cultura e arte a serem desenvolvidos nas zonas de atividades múltiplas dos Parques; II. Aprovar os planos de manejo; III. Opinar sobre as atividades a serem desenvolvidas nas zonas de transição; IV. Aprovar proposta de cobrança pelo uso de instalações e de serviços nos Parques e o seu valor; V. Opinar sobre propostas de convênios a serem firmados pelo Poder Público com vistas à implantação e conservação dos Parques.** Apesar da Lei conferir ao Conselho Gestor o poder de opinar e aprovar, este não tem força para punir qualquer deliberação para o uso da área que por ele não foi aprovado..

O Conselho Gestor do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo terá como principal ferramenta, para controlar e administrar as atividades desenvolvidas dentro e no entorno do Parque, a lei que orienta o plano de manejo, que segundo o parágrafo 3º do artigo 15 será submetido à apreciação do IEMA/ SEMATEC e à aprovação do Conselho Gestor. Este artigo define que o plano de manejo disciplinará o zoneamento, o uso e a ocupação da área de cada Parque Ecológico e de Uso Múltiplo do Distrito Federal. A princípio, define o artigo que

*“§1º O plano de manejo conterà, no mínimo, as seguintes zonas:*

- I - Zona de Conservação;*
- II - Zona de Recuperação;*
- III - Zona de atividades múltiplas.”*

Nesta Lei Complementar, outros artigos também regulam o plano de manejo, prevendo o desenvolvimento e a manutenção do Parque de forma sustentável, conforme mostram os seguintes artigos:

O artigo 17:

*“As organizações não-governamentais podem ter acesso aos recursos do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal (FUNAM), por meio de apresentação de projetos que visem a implantação e manutenção dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo.”*

O artigo 19:

*“Os empreendimentos instalados em áreas de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo pagarão, para amortizar os custos de manutenção do respectivo Parque, contribuição mensal pela concessão de uso da área pública, ainda que cedida em caráter provisório.”*

O artigo 20:

*“Fica facultada à Administração Regional cobrar dos visitantes pelo uso das instalações ou de serviços no interior de cada Parque Ecológico ou de Uso Múltiplo, com o fim de gerar recursos destinados à manutenção, ampliação e criação de novos serviços e à aquisição de novos equipamentos na Unidade.”*

*Parágrafo Único: A proposta de cobrança pelo uso de instalações e de serviços no Parque e o seu valor deverão ser previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Parque.*

O artigo 21 dispõe:

*“A receita aferida dos procedimentos citados nos artigos 18, 19 e 20 será destinada exclusivamente a ações diretas nos respectivos Parques.”*

Ao analisar os dispositivos da Lei Complementar 265, nota-se que como toda estrutura legal do país, a lei cumpre a sua existência no papel, porém, nada garante que seja reparada na realidade, uma vez que é tradição discursos formais e bonitos e prática informal desajustada do cotidiano. Portanto, se esforçar para garantir que os Parques do Distrito Federal consigam atender muitos dos objetivos propostos, para os quais foram criados, deverá ser a preocupação do Estado.

É certo que para realizar muitas coisas precisa-se de cooperação e de parceria com: comunidades, ONGs, instituições privadas e públicas, pois não é fácil organizar estas unidades de conservação para que suas potencialidades ambientais tenham outros fins que não apenas a diversão, como servir de área para o turismo, pesquisa científica, educação ambiental, esporte, ecoturismo e outros.

A nosso ver, para que os Parques do Distrito Federal e, em específico, o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo tenham suas potencialidades bem aproveitadas, se faz necessário que possuam, profissionais qualificados dentro de suas áreas específicas e que a Lei Complementar 265 seja rigorosamente observada e respeitada por Administradores Regionais, Conselho Gestor do Parque, funcionários em geral, visitantes e comunidade local. De qualquer modo, de todos deverá ser a missão de denunciar, pressionar e fiscalizar; sobretudo, todos deverão ter a responsabilidade de cuidar para que as normas ambientais previstas sejam levadas a sério, pois, somente assim, o valor ético da natureza será reconhecido.

No próximo capítulo, expressaremos a concepção de parceria dos diversos agentes sociais envolvidos na implementação do Parque Ecológico. Também analisaremos os esforços despendidos pelo Comitê Sócio-ambiental no sentido de realizar práticas que mobilizem a comunidade para assumir sua responsabilidade ecológica. Analisaremos, ainda, o compartilhar dos esforços por meio da educação ambiental para conservar as nascentes; e as possibilidades de implantação de atividades ecoturísticas como ferramentas de sustentabilidade e meio de construção de uma consciência politicamente conservacionista.

## Capítulo IV

### Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo: Potencialidades ecoturísticas.

#### 4.1 Algumas considerações sobre ecoturismo:

Hoje compreende-se que uma das causas das crescentes perdas ambientais é a vontade de dominação do homem sobre a natureza. Com o desenvolvimento da urbanização, o homem foi destruindo o seu meio natural. Inventou, construiu e, sobretudo, destruiu a fonte que lhe proporcionava os recursos básicos para continuar inventando, construindo, desenvolvendo e sobrevivendo.

A sociedade global, que segue as linhas básicas de um modelo econômico excludente, que ameaça a sobrevivência humana e provoca o desenraizamento cada vez mais acelerado das culturas, faz com que várias camadas sociais também se preocupem com os problemas sócio-ambientais e com a própria construção da sustentabilidade, que cria possibilidade para o desenvolvimento de um novo modelo produtivo, que se pautar na ação solidária e ética dos seres humanos com seu meio natural.

Os impactos ambientais destrutivos, decorrentes da produção voltada para o mercado, se disseminaram pelas dimensões sociais, culturais e políticas. Todavia, um novo modelo de produção surge como alternativa, baseado nas atividades criadas pela indústria do Turismo. Esta visão do turismo com possibilidade de geração de renda alimenta os espíritos mais otimistas, ao anunciar que uma nova ética do trabalho pode se desenvolver como fundamento das sociedades. Entretanto, não se deve esquecer que, se mal planejado, o turismo promove, a curto prazo, o extermínio de culturas, comunidades, valores, história, fauna e flora, pois

*"Sabe-se que os seres humanos são partes integrantes da natureza e portanto não são capazes de criá-la. O homem apenas utiliza-se da natureza transformando-a, modificando-a e produzindo uma outra natureza, a natureza socializada. Assim ele produz o espaço turístico. (...) As ações do homem sobre a natureza causam impactos e agressões que muitas vezes suplantam a capacidade de suporte deste meio natural e às vezes são irreversíveis. Pode-se comprovar que o turismo, se mal implementado, causa degradações e destruições irreversíveis. A descaracterização ambiental, a degeneração das culturas locais, a prostituição e o uso de drogas (Coriolano, 1989: 94-95*

O Turismo, muitas vezes, explora áreas que são compostas por importantes, porém frágeis ecossistemas, nos quais a ação humana somente poderá ser permitida com suporte técnico muito especializado. Com a expansão do turismo de massa, essa atividade atingiu o ápice nas décadas de 1970/1980. Durante este período, se desenvolveu um processo de exploração irresponsável dos recursos naturais, fazendo com que muitas espécies de

animais e vegetais fossem extintos pela depredação das áreas exploradas pela atividade turística. Como exemplo temos a Vila de Ponta Negra, em Natal, Rio Grande do Norte que é uma microregião urbana do Bairro de Ponta Negra que está localizada em área litorânea. Nesta localidade, o desenvolvimento de atividade turística mal planejada desencadeou uma série de mudanças nas configurações espaciais e socioeconômicas do local. As conseqüências foram negativas sobre a paisagem e os moradores foram excluídos dos benefícios gerados pela atividade turística. Os impactos gerados no meio urbano foram o aumento de lixo, a pressão sobre a infra-estrutura, principalmente quanto ao saneamento básico. E no meio natural a paisagem explorada pelo turismo é ameaçada pelo fluxo crescente de usuários. (Dóris, 2001)

Coriolano (1994), também nos mostra alguns impactos negativos ao meio ambiente e social que o turismo mal planejado pode desencadear. Na Praia de Fleicheiras, no Município de Trairí, no estado do Ceará, os mangues foram aterrados para que fossem construídos uma estrada e um hotel; na Praia da Cpongá, em decorrência da construção de um hotel às margens do Rio Mal Cozinhado, ocorreu o assoreamento do mesmo; no Morro Branco, praia do mesmo estado, foram feitos desmontes e terraplanagem das falésias que serviam de orientação para os pescadores em alto mar.

Os impactos ambientais causados pelo turismo constituem um desafio para os atores envolvidos diretamente e indiretamente nesta atividade. Nos últimos anos, passou-se a perceber que o turismo pode não ser apenas gerador de benefícios econômicos e promotor de um desenvolvimento que venha favorecer o crescimento social, mas, também, ser uma atividade que pode gerar degradação para os meios ambientes naturais e para as sociedades humanas. Os agentes deste ramo de negócio devem, portanto, buscar promover atividades que contemplem a complexidade humana e ambiental e, sobretudo, que desenvolvam esforços no sentido de construir a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Neste contexto, é que se reconhece o ecoturismo, uma atividade que iremos analisar a partir das concepções de que

*"É um ramo do turismo que utiliza os recursos naturais e culturais, de um determinado lugar e contribui para conservá-los. Busca desenvolver o respeito pela natureza por meio do contato com o ambiente natural e promover o bem-estar das populações locais envolvidas" (Ministério do Meio Ambiente - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal; 2002: 12)*

De modo geral, parece haver um consenso sobre o que técnicos e acadêmicos compreendem por ecoturismo, pois, da mesma forma, tanto um quanto outro entende que o



*"O ecoturismo é a prática do turismo recreativo , esportivo ou educativo, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios naturais e culturais, incentiva a sua preservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas." (Instituto de Ecoturismo do Brasil- IEB; 1995).*

Observemos que da mesma maneira pensa o autor que vê na atividade do ecoturismo meio de promover os cuidados necessários com a natureza, além de explorar economicamente o potencial do local, pois,

*"O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações locais." (Barros; 1995)*

De acordo com Wearing (2002), ecoturismo também pode ser definido como forma de turismo que pode se coadunar com os valores naturais, sociais e comunitários, uma vez que permite tanto a hospedeiro quanto hóspede desfrutarem de um processo de interação e compartilhamento de experiências. De todas, o que é fundamental destacar é o fato da atividade do ecoturismo procurar valorizar uma ética natural e social.

Apesar das definições se assemelharem, neste trabalho, a análise se orientará pela definição de ecoturismo proposta pelo Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB. A opção foi feita pelo fato dela reconhecer que, tão importantes quanto a escolha das atividades a serem oferecidas em áreas de preservação, deverão ser os cuidados a serem tomados com os aspectos ambientais e socioculturais, no decorrer da sua prática.

Segundo Leuzinger (2002), as atividades ecoturísticas vêm-se desenvolvendo a partir do século XIX, quando, na Europa e nos Estados Unidos, grupos de pessoas começaram a procurar lugares ambientalmente preservados para que pudessem desenvolver atividades que satisfizessem suas necessidades culturais, emocionais, físicas e espirituais. De acordo com o autor: "Há registros de excursões de lazer nos Alpes, desde o século XV." Para Western (1999)

*"(...) As raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre (...). E, surpreendentemente, o ecoturismo está tornando toda indústria de viagens mais sensível ao meio ambiente." (Western Apud Leuzinger; 2002: 24)*

As atividades ecoturísticas buscam proporcionar o reencontro do homem com a sua casa, seu lar, seu sustento original, o meio ambiente. O prefixo eco - da palavra ecologia é derivado da palavra grega *oikos*, que significa lar, habitat. A origem da palavra ecoturismo parece propor uma transformação no modo como os seres humanos observam, desfrutam e se relacionam com a natureza. Durante muitos anos, o ecoturismo foi confundido com turismo ecológico; as diferenças são patentes, pois a expressão ecoturismo designa a

modalidade de turismo cujas bases são estruturadas sob propostas de desenvolvimento sustentável, enquanto turismo ecológico é um segmento do turismo que promove viagens para o contato direto com diferentes ambientes naturais, entretanto, sem preocupação com o equilíbrio ecológico (Dóris, 2001).

*"(...)O ecoturismo, como estratégia de desenvolvimento sustentável, está cada vez mais se transformando em parte da filosofia política de administradores de áreas de proteção e agências de conservação, sendo um meio de conquistar resultados práticos no esforço para proporcionar uma base para a proteção contínua dessas áreas." (Wearing; 2001: XIX)*

O ecoturismo, como toda atividade, apresenta pontos negativos e positivos. De acordo com o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, trabalho coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2002, quando o ecoturismo é bem planejado e monitorado, ele revela diversos aspectos positivos, como permitir destinar recursos financeiros para a conservação e incentivar a recuperação de áreas degradadas; estimular levantamentos de fauna e flora e incentivar a pesquisa científica; promover a educação ambiental e a consciência ambiental nas populações; viabilizar tecnologias ambientalmente sustentáveis; estimular a implantação de infra-estrutura básica, saúde, comunicação, segurança, educação e comércio; valorizar áreas naturais e criar condições de unir desenvolvimento e conservação.

Em sentido contrário, quando não ocorre o devido planejamento e monitoramento, os impactos podem ser muito negativos como provocar alterações nos comportamentos, hábitos alimentares e na reprodução dos animais silvestres pelo excesso de visitação e/ ou presença de lixo; estimular mudanças numéricas nas populações silvestres; incentivar o comércio ilegal de espécies silvestres e de artesanatos que utilizam órgãos, penas ou couro de animais; contribuir com poluição do ar, água, solo, sonora e visual; fazer abertura de estradas, trilhas e atalhos inadequados e, finalmente, provocar a compactação e erosão do solo.

Pádua (1997) exemplifica com o programa de conservação do mico leão dourado, primata que vive nas áreas remanescentes da Mata Atlântica do Rio de Janeiro. Este projeto identificou como principal problema a destruição do seu habitat natural e a captura para o comércio ilegal de animais de estimação.

Economicamente, quando o ecoturismo é bem estruturado, ele gera renda e emprega muita gente; pode utilizar a infra-estrutura já existente; desenvolve-se com produtos locais e, sobretudo, complementa outras atividades econômicas. Contrariamente, mal implementado, o ecoturismo pode: causar inflação; na baixa temporada muita gente pode ficar sem emprego, pois as atividades dependem das estações do ano; pode haver prejuízos

econômicos como consequência de boatos, problemas com doenças, mudanças no setor financeiro, etc.

De modo geral, o ecoturismo contribui para a educação; estimula o entendimento e a paz; reduz barreiras entre as pessoas, em razão da raça, cor, sexo, origem cultural, política ou religiosa; reforça a conservação de heranças e tradições, valorizando a cultura local. Também, por outro lado, pode: gerar antipatia pelo excesso de visitantes; descaracterizar a cultura local; causar desentendimentos entre a comunidade local e os novos moradores; estimular aumento da criminalidade;

Para o Ministério do Meio Ambiente (2000), dentre os pontos mais quentes para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil está o ecossistema do cerrado. Este cobre 28% do território nacional e apresenta a mais alta taxa de devastação, por causa da expansão agrícola e do desenvolvimento urbano que ameaçam as poucas unidades de conservação que protegem a região e suas paisagens únicas. Sua avifauna, flora, fantásticos Canyons e Chapadas são atrativos históricos e arquitetônicos que fazem do cerrado uma opção viável para o ecoturismo.

Para que ocorra o desenvolvimento dessa atividade, com o menor impacto ambiental e social e, além disso, para que o ecoturismo possa servir como meio de geração de renda para a manutenção da unidade de conservação, se faz necessário que todos os segmentos sociais estejam envolvidos e comprometidos com o objetivo de desenvolver mecanismos de sustentabilidade que garantam sua existência.

Assim é que atores sociais como governos, empresas públicas e privadas, comunidade local e ONGs têm um papel fundamental para que o ecoturismo seja bem planejado e assim venha fazer com que a unidade de preservação atinja as metas e objetivos para os quais foi criada. De acordo com a concepção do Ministério do Meio Ambiente, as responsabilidades estão assim ordenadas:

Poder Público: 1º setor: Considera que o ecoturismo é atribuição do Poder Público, uma vez que este tem a missão de estabelecer metas e diretrizes para orientar o desenvolvimento sócio-espacial da atividade e atuar como elemento centralizador, tanto no que se refere à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada, pois, na ausência de políticas públicas voltadas para o turismo, suas atividades se dão à revelia do poder público ao sabor dos interesses particulares.

Iniciativa Privada: 2º setor: Pensa que o segmento da iniciativa privada que atua no ecoturismo, assim como em outras atividades turísticas, é representado pelas empresas particulares e empreendimentos que se dedicam de forma direta ou indireta à

operação e processamento do produto turístico e à articulação entre os principais atores envolvidos nesse ramo de negócio.

Sociedade Civil Organizada: 3º setor: De modo geral, a atuação das Organizações não-governamentais - ONGs visa necessariamente a mobilização popular. Suas propostas incluem a elaboração de materiais informativos, a prestação de assessoria técnica, jurídica e educacional, assim como a elaboração de propostas e movimentos de pressão sobre os diversos setores da sociedade. Essas organizações representam a sociedade civil e estão se tornando uma das principais forças na descentralização das decisões.

O ecoturista: Este segmento está interessado em saber a localização dos rios, das estradas, os nomes de plantas e animais do lugar visitado. Costuma aproveitar cada minuto do tempo em que está fora de casa para conhecer detalhes da paisagem e apreciar o contato com os habitantes locais. Ele pode gostar de aventuras, está habituado a percorrer trilhas difíceis, a procurar emoções nas corredeiras dos rios, nas escaladas de montanhas. Mas, também, pode ser mais contemplativo, preferindo um certo isolamento, em vez da companhia de grupos barulhentos, andando sem pressa pelos lugares que visita, fazendo paradas para observar no entorno detalhes da vegetação, dos animais, das rochas. Busca, com curiosidade, conhecer histórias e lendas, adquirir lembranças típicas e experimentar comidas variadas. Procura sempre os guias e se interessa por mapas, folhetos e demais publicações que lhe forneçam boas informações. Pode também ser um especialista, disposto a enfrentar longas e difíceis caminhadas pelo prazer de observar a natureza, integrado ao meio ambiente, objeto de suas pesquisas e estudos. (Magalhães, 2001: 30)

O ecoturismo pode ser um importante meio de compreensão dos valores ambientais, sociais e suas relações complexas. Esta atividade, de modo geral, pode propiciar ao indivíduo, por meio do esporte e lazer, situações que venham conscientizá-lo da necessidade de preservar e respeitar a biodiversidade. Este, ao ter contato, por meio da educação ambiental, com manifestações culturais, fauna e flora, pode se transformar em um agente multiplicador e divulgador de uma nova ética, pois segundo Cascino (1998).

*"É somente com a integração do homem com seu meio, do ponto de vista plural e singular, que estruturas vivas redimensionarão o ser homem. Aqui cabem o discurso, a preocupação, a proposta do ecoturismo. Fundado nesse pensamento, trata-se de um ecoturismo profundamente humanizado." (Cascino; 1998: 203).*

#### **4.2 A educação ambiental e as parcerias como forma de construção da consciência ecológica.**

A partir destas considerações, pode-se inferir que para que a proposta de uma atividade ecoturística humanizadora se desenvolva dentro e no entorno do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo, é preciso a articulação, dedicação e compromisso das partes interessadas em sua exploração e, ao mesmo tempo, em sua conservação como: o GDF, Empresas Privadas, ONGs, Cooperativas, Conselho Gestor do Parque e Comunidade em geral. Estas parcerias efetivas ou por se efetivar, articuladas, serão os principais promotores de ações com o objetivo de preservar e conservar os recursos naturais e sociais que compõem o contexto do Parque.

O Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo, apesar de já ter sido criado há 5 anos, durante esses anos, como alguns parques do Distrito Federal, só existia no papel. Há três anos, o GDF criou, pelo Decreto n.º 21063, a Comissão Permanente de Implantação dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo (COMPARQUES); esta, de acordo com o artigo 2º da mesma Lei, tem como competência: **I** - assessorar o governador do Distrito Federal na implantação dos parques e propor a criação de estrutura administrativa para a sua gestão; **II** - definir critérios para a política de implantação e utilização dos parques, bem como adequação da legislação pertinente às finalidades propostas; **III** - propor alternativas que garantam a sustentabilidade econômica e ambiental dos parques e promover o trabalho integrado entre os órgãos de Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal e a Sociedade Civil, e **IV** - definir prioridades na implantação dos parques existentes, em função das peculiaridades locais.

De acordo com o Presidente da COMPARQUES<sup>6</sup>, a Comissão está procurando implantar o Parque, sem causar danos sociais. Para conseguir realizar isto, o governo trabalha com "duas moedas de permuta"<sup>7</sup>, a gleba rural e o lote urbano, ou seja o governo faz o enquadramento, no Programa Social do GDF, das famílias que têm as ocupações irregulares dentro do Parque, cujas moradias e práticas são incompatíveis com os objetivos de criação. De acordo com o Presidente da COMPARQUES<sup>8</sup>,

*(...)O normal seria indenizar as benfeitorias que as pessoas fizeram lá, e tirá-los de dentro do Parque. Através da permuta, estamos viabilizando que as pessoas se mudem para um local digno, que elas recebam documento, que tenham uma residência, porque ali, mesmo que ela insista, ela jamais poderá receber qualquer documento da terra. (...)Isso tudo para evitar que você torne uma área utilizável pela comunidade e crie um problema social."*

---

<sup>6</sup> Sr. Ênio Dutra F. da Silva, .

<sup>7</sup>É uma espécie de proposta de permuta de um lugar irregular para outro concedido de forma legal.

<sup>8</sup> Entrevista realizada no dia 06 de fevereiro de 2003, durante pesquisa de campo.

O trabalho realizado pela COMPARQUES, para implantar o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo, já conseguiu efetivar algumas ações importantes para a sua conservação, como solucionar algumas questões fundiárias com posseiros, visto que há parcelas de moradores que defendem os seus direitos particulares, reivindicando a terra.

*"Isso é que tem tomado mais tempo e exigido de nós paciência, muita paciência, você precisa saber quando pode avançar e quando tem que recuar. O Parque do Riacho Fundo é um privilegiado, porque tem menos gente, 14 famílias. No Gama tem 110 e no Sucupira em Planaltina - 56."*

Foram concretizados também a poligonal do parque que inclui o memorial descritivo e a URB (Projeto de Urbanização Interna do Parque) e o cercamento quase que completo da unidade de conservação, como podemos observar nas fotos a seguir:



**Foto VII: cercamento do parque**



**Foto VIII: cercamento do parque e acesso**

A COMPARQUES não possui orçamento específico para a implantação dos Parques; os recursos provêm da verba destinada à Secretaria de Obras. Na atual conjuntura, é necessário estabelecer canais para a concretização de parcerias, pois, juntos, podem superar dificuldades no processo de organização do Parque. Assim, se todos os atores envolvidos no contexto desta Unidade de Conservação contribuírem, de alguma forma, para a conservação da área, a mesma poderá, a curto ou médio prazo, atingir os objetivos para os quais foi criada, ser área de múltiplo uso.

Muitas parcerias, no entanto, não se concretizaram na realidade, de fato. Um exemplo foi a articulação da COMDEMA<sup>9</sup> que não se assumiu como parceira, pois não participou efetivamente do processo de melhoramento das condições ambientais do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo e do próprio entorno, esvaziando práticas que eram da sua competência: **1**) elaborar, manter atualizada e divulgar a relação de fontes e pólos de

<sup>9</sup> Comissões de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA)

poluição atuais e potenciais da sua Região Administrativa; 2 ) acompanhar e aferir a eficiência e eficácia da aplicação das medidas de controle e recuperação ambiental; 3 ) comunicar irregularidades para a apuração de responsabilidades de dano ambiental efetivo ou potencial, e 4 ) promover atividade de educação ambiental em nível local.

A COMDEMA tem a função de ser elo entre comunidade e Administração das Regiões Administrativas para questões ambientais; no entanto, no caso do Riacho Fundo, ela não cumpriu a sua missão. De acordo com o atual Administrador Regional do Riacho Fundo, a preocupação com o meio ambiente terá prioridade na nova gestão, pois, pelas suas avaliações, o Riacho Fundo teve grande dificuldade para identificar e solucionar problemas no que se refere às questões ambientais, durante a última década, exatamente pelo fato das parcerias não se efetivarem.

Diante do que foi apresentado pelo Administrador<sup>10</sup>, percebe-se, nesse início de mandato, uma certa disposição para o desenvolvimento de ações que venham por meio de ética ambiental contribuir para a preservação do Parque e seu entorno. A primeira ação da gestão atual para o meio ambiente foi convocar a companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) para uma atividade emergencial na Lagoa que está localizada dentro do Instituto de Saúde Mental; neste local, existem quatro nascentes que compõem o Córrego do Riacho Fundo.

Ao que tudo indica, a atual administração do Riacho Fundo, mostra interesse e disposição de transformar as questões ambientais em prioridade administrativa. Isso se revela nas significativas atitudes e práticas políticas de criação do Conselho Gestor do Parque e a reconstrução da COMDEMA<sup>11</sup>, pois, segundo o Administrador: *“a preocupação hoje com o meio ambiente para a Administração é prioridade”*.

Certamente, a disposição da nova Administração em buscar formas de gestão mais participativas para enfrentar os desafios e as dificuldades de manter o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo como área de conservação ambiental é um reforço institucional importante para a articulação do Comitê Comunitário sócio-ambiental da Bacia do Riacho

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida a esta pesquisadora, no dia 03/02/2003, como parte do trabalho de campo.

<sup>11</sup> A reconstrução da COMDEMA e a criação do Conselho Gestor do Parque aconteceram em reunião efetivada no dia 13/02/2003, no Auditório da Administração Regional do Riacho Fundo. Este encontro teve a participação do Administrador e dos representantes dos diversos segmentos da comunidade, interessados em compor o Conselho Gestor. A reunião tinha como objetivo, além de constituir legalmente o Conselho, esclarecer a missão de cada membro envolvido no processo; deixando claro que cada agente seria um elemento multiplicador e fiscalizador das condições sócio-ambientais do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo e seu entorno, como um todo.

Fundo, este composto de agentes sociais interessados em pensar e desenvolver formas sustentáveis de Gestão da área ambiental em questão.

Este Comitê<sup>12</sup> tem por objetivo implementar o processo de mobilização comunitária para desenvolver formas mais democráticas de Gestão hídrica, defesa e conservação das nascentes do Córrego Riacho Fundo de acordo com a legislação do Comitê das Bacias.

Uma das primeiras preocupações do Comitê Comunitário Sócio-ambiental do Parque era de socializar e difundir o conhecimento sobre as condições gerais da área de preservação em questão. O objetivo era informar a comunidade e a todos os interessados sobre a necessidade de se mobilizar para planejar ações e práticas que fossem eficazes, com o fim de sanar ou minimizar as perdas ambientais (como por exemplo a poluição de nascentes) que estavam ocorrendo naquelas imediações, uma vez que a pressão urbana é uma constante ameaça .

Com a intenção de estender a um universo mais amplo as questões ambientais e sociais, e chamar a atenção para a importância da preservação das nascentes que compõem o Ribeirão do Riacho Fundo, o Comitê Comunitário organizou um evento local que possibilitasse a participação dos diversos segmentos populares para enriquecer a discussão. Assim, foi organizado o **I Fórum Ambiental do Riacho Fundo**, com o objetivo de: **1 )** conhecer, analisar e debater os impactos sócio - ambientais na região das nascentes do Córrego do Riacho Fundo; **2 )** apresentar as ações ambientais que estão sendo desenvolvidas por entidades civis da comunidade local, e **3 )** convocar representantes das entidades locais para formação de um Comitê Comunitário, visando articular as ações ambientais com o Comitê de Bacia do Paranoá.

De acordo com depoimentos dos próprios participantes, este acontecimento teve muita importância, pois abriu espaços para ações e iniciativas com a finalidade de mediar a construção de uma consciência política. Desde suas origens, o Comitê prioriza a discussão, o planejamento e a execução de ações que visem minimizar muitos problemas sócio-ambientais do Riacho Fundo; para isso, ele entende que a participação e o compromisso da comunidade neste processo é fundamental. Assim, ele pretende ser o meio disponível para apreender e divulgar informações que se transformem em conhecimento e, desse modo, ajudar a construir ações participativas politizadas, e responsáveis, pois acredita

---

<sup>12</sup> A efetiva mobilização comunitária em prol da conservação das nascentes do Riacho Fundo já existia; em 2001 a Universidade de Brasília entra como parceira com o Programa de educação ambiental. A coordenação atual está sob a responsabilidade da Profª Lúcia Maria Rocha, representante dos segmentos educacionais e membro titular do Conselho Gestor do Parque.



que todos os esforços são necessários para a preservação ambiental. A importância do Comitê também é reconhecida pelo poder institucionalizado, pois, de acordo com o Administrador: *"(...) Juntando Administração Regional e esse Comitê das Águas, dá a resposta que a comunidade quer ouvir, como vai ficar meio ambiente no Riacho Fundo daqui para frente."*<sup>13</sup>.

Realizando discussões locais sobre questões globais como a ambiental, portanto, sem perder de vista a complexidade pensada por Morin (1998), o Comitê iniciou práticas de articulação e busca de concretização de parcerias com várias instituições públicas e privadas com o intuito de esforço conjunto para conservação da área.

Isso não significa dizer que o Comitê Comunitário irá tutelar o Parque Ecológico e Vivencial, mas tão somente incentivar e apoiar ações, visando munir a comunidade local de informações e conhecimentos para que a mesma possa se tornar agente multiplicadora de uma consciência ambientalmente ética. Uma das atividades apoiadas pelo Comitê Comunitário está sendo desenvolvida e coordenada junto às Escolas do Riacho Fundo e, em especial, a Escola Rural está desenvolvendo um trabalho que busca mediar a construção de uma rede sócio-ecológica que venha propiciar a alunos, professores e comunidade local meios para se informar, conhecer e participar do esforço de conservação como sujeitos ativos do contexto sócio - ambiental.

Resultados obtidos, mediante pesquisa de campo, sugerem que as possibilidades de construção de parcerias entre Governo, Setor Privado, Setor Público, ONGs e Comunidade, são imprescindíveis para conjugar os esforços de conservação. Ação integrada pode realizar ações fundamentais para minimizar os impactos sócio - ambientais do Parque do Riacho Fundo e seu entorno. Isso foi percebido a partir das articulações do Comitê Comunitário com a Distribuidora da Coca-cola, com a Cooperativa Comunitária 100 DIMENSÃO, com o envolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e a Administração Regional que se dispuseram a cooperar, disponibilizando à população meios para que ela reconhecesse a realidade ambiental do Riacho Fundo, por meio dos recursos que cada uma dessas instituições dispõe.

Percebeu-se, pelos discursos de alguns atores sociais presentes no entorno do Parque do Riacho Fundo, vontade e disposição de estabelecer relações mais estreitas de parceria, que tenham o objetivo de beneficiar tanto o meio ambiente como a comunidade local. Por meio da cooperação ativa desses agentes, a comunidade pode ter a oportunidade de construir um conhecimento mais aprofundado sobre a área natural do Riacho Fundo,

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida no dia 03/02/2003, durante pesquisa de campo .

desenvolver a consciência e tomar mais cuidado quanto à fragilidade de alguns cenários sociais e ambientais. Por isso, a socialização das informações é importante e a construção do processo de interação fundamental para desenvolver e incorporar comportamentos adequados que sedimentem uma inter-relação e, de certa forma, interdependência da comunidade com o ambiente natural.

Um desses parceiros potenciais pode ser a Cooperativa Comunitária do Riacho Fundo, conhecida com a 100 DIMENSÃO; esta foi criada há 4 anos, por um grupo de mulheres moradoras do Riacho Fundo II, que, por não serem mão - de - obra qualificada, estavam fora do mercado de trabalho. Essas mulheres, excluídas da estrutura do mercado de trabalho formal, resolveram não mais se satisfazer com as ajudas paliativas que vinham das igrejas e outros centros de assistência social. Decidiram se reunir para formar um grupo produtivo que se auto-sustenta. Das reuniões constantes, surgiu e se concretizou a idéia de trabalhar com a coleta e reciclagem do lixo. Como atitude seguinte, procuraram a consultoria do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas) que disponibilizou o apoio necessário para que os primeiros passos fossem dados, com a capacitação de pessoal na área de artesanato e coleta seletiva.

Atualmente, a 100 DIMENSÃO é uma cooperativa que agrega valor ao lixo. Suas atividades possibilitam trabalho para 130 pessoas, sendo que 67 estão na coleta seletiva e 63 na produção de artesanato. A cooperativa já realizou exposições de seu trabalho na Feira de Utilidade Doméstica (UD), Casa Cor, Presidência da República e Supremo Tribunal. O excelente trabalho realizado pela cooperativa lhe rendeu a medalha de Honra ao Mérito, conferida pelo Presidente da República, mediante serviço prestado. Segundo a Presidente da Cooperativa<sup>14</sup>,

*"(...) Há 4 anos nós não tínhamos nem projetos, nem metas, nem nada. Hoje nós temos metas definidas, nós sonhamos. Não somos nenhum projeto político, nós somos o povo buscando a sua auto-sustentação sem nos preocupar em fazer sucesso, respeitando o meio ambiente, temos a responsabilidade da geração de renda com responsabilidade".*

Com seus objetivos pautados no desenvolvimento sustentável, a Cooperativa 100 DIMENSÃO é um dos parceiros potenciais para que se desenvolvam oficinas de educação ambiental direcionadas " à preservação e conservação do Parque e seu entorno. Esta entidade acha que na área do Parque e no âmbito escolar podem ser realizadas atividades que possibilitem às crianças, aos jovens e aos adultos entenderem que a preservação do meio ambiente é um exercício de cidadania.

Na perspectiva da 100 DIMENSÃO, a construção de parcerias é uma das principais metas a serem alcançadas para que qualquer tipo de projeto social venha a dar certo. Na visão da presidente, a disposição e a possibilidade para o estabelecimento de parceria com os atores sociais que hoje já realizam ações efetivas, como amigos voluntários do Parque do Riacho Fundo, deixaram claro que os canais a serem desenvolvidos com a finalidade de melhorar as condições ambientais e sociais do Riacho Fundo são de interesse da Cooperativa, pois,

*"(...)A 100 Dimensão tem 23 parceiros, e ela sabe que o caminho do sucesso para qualquer negócio é a parceria; seria muito descabido a gente não estar em um projeto que só vai beneficiar nós mesmos moradores, não teria sentido. Estamos abertos e prontos para poder contribuir"<sup>15</sup>*

Outro agente potencial para estabelecer canais de parceria com os atores que estão envolvidos diretamente com as necessidades e obstáculos de preservação do Parque e seu entorno é a Fábrica da Brasal Refrigerante (Coca - Cola). Esta, desde 1995, está instalada no contexto ambiental da Região Administrativa XVII. Esta fábrica realiza o "envasamento da peti"<sup>16</sup>, que é a plástica reciclável, a Coca - Cola em lata e em vidro. A Empresa é responsável pela distribuição desses produtos para toda a Região do Centro - Oeste e possui, atualmente, aproximadamente 800 funcionários.

A Fábrica, há um ano e meio, criou internamente um Comitê de Gestão Ambiental, que é composto por um funcionário de cada setor; estes se reúnem para debater, uma vez por semana, os problemas internos que podem causar impactos ambientais. Entretanto, estas ações estão sendo apenas realizadas internamente.

Esta instituição desenvolve uma atividade que pode causar graves problemas ambientais e sociais, se seus dejetos industriais não forem tratados adequadamente, pois a Estação de tratamento da CAESB (Companhia de Água e Esgoto de Brasília), localizada no Riacho Fundo, está preparada para receber e tratar esgoto doméstico. De acordo com a Coordenação do Projeto de Gestão Ambiental, a Empresa está procurando resolver o problema dos resíduos industriais produzidos, com a criação da Estação de Tratamento de Afluentes; além disso, também realizam reciclagem de água, que antes era desperdiçada após o enxágüe das garrafas. Hoje é refreada e reaproveitada na limpeza de piso, banheiro, cuidados com o jardim e abastecimento do sistema de incêndio.

---

<sup>14</sup> Sonia Maria da Silva, uma das cooperadas-fundadoras em entrevista realizada no dia 27/11/2002, como parte do trabalho de campo.

<sup>15</sup> Entrevista realizada no dia 27/11/2002, como parte do trabalho de campo.

<sup>16</sup>

A Brasal Refrigerantes (Coca - Cola) parece ser um dos potenciais parceiros no contexto do Parque. Esta instituição privada não desconhece os problemas sócio - ambientais da região. A mesma, em seu discurso, se mostra interessada e disposta em contribuir para que se estabeleça um canal de ligação por intermédio de parcerias entre a comunidade local e a indústria. Pode-se constatar esta disposição quando a Coordenação de Gestão Ambiental da Empresa<sup>17</sup> diz que:

*"(...) Quanto à parceria, nós estamos de portas abertas, tanto na parceria ambiental quanto social. Caso alguma empresa ou líder comunitário queira vir buscar alguma parceria com a gente, estamos de portas abertas para atendê-los."*

A EMPRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia e a EMBRAPA Sementes Básicas, como um órgão que desenvolve trabalho de pesquisa tanto na área animal como vegetal, poderá ser uma das peças fundamentais na construção da rede de parcerias que pode ser estabelecida para que o Parque do Riacho Fundo e seu entorno consigam garantir a integridade dos seus recursos naturais. Este órgão administra a Fazenda Sucupira, local onde se pode encontrar remanescentes de Mata de Galeria<sup>18</sup>. Segundo Walter e Sampaio (1998), na Fazenda Sucupira existem:

*"(...) áreas de cerrado e campos, uma formidável fauna associada, ricos mananciais hídricos e topografia invejável, que chamam por esforços e ações que sejam priorizados visando sua conservação e o uso sustentável em benefício da comunidade." Walter e Sampaio (1998: )*

De acordo com os autores acima, nos limites da Fazenda Sucupira, encontram-se um dos trechos que é percorrido pelo Córrego do Riacho Fundo e várias nascentes que são representadas pelos olhos d'água dos córregos: Açudinho e Açudinho I, que estão totalmente localizados na Fazenda. A mesma apresenta ainda os três tipos de vegetação básicos que compõem o bioma do cerrado com formações florestais savânicas e campestres.

O crescimento urbano tem dificultado práticas de conservação do patrimônio natural localizado nos limites da Fazenda. Além disso, a ausência de consciência ambiental permite a crescente pressão antrópica sobre os recursos hídricos e a vegetação conservada na Fazenda.

Pelo fato da EMBRAPA estar localizada nas imediações do Parque Ecológico, esta tem uma função importante: assegurar a manutenção de relevante área de conservação

<sup>17</sup> Entrevista realizada no dia 27/11/2002, como parte da pesquisa de campo.

<sup>18</sup> que é uma mata composta por árvores altas com copas extensas, que crescem nas margens dos córregos e riachos.

ambiental. Além disso, se revela como parceira potencial, por viver e conhecer o contexto sócio ambiental do Riacho Fundo. De acordo com o Gerente<sup>19</sup>

*"(...)É uma preocupação da EMBRAPA a parte de preservação, apesar da gente trabalhar com produção agrícola, isso não é a atividade fim, eu acho que a gente tem que ter essa preocupação, tem que juntar essas lideranças aqui da região para organizar isso, eu acho que a EMBRAPA seria um parceiro para essa iniciativa. (...)Eu acho de suma importância você estar engajado na comunidade que você vive, se a EMBRAPA tem essa felicidade, tem essa preocupação, ela tem que levar isso para a comunidade."*

A EMBRAPA reconhece que não se pode pensar em conservação de área natural sem estar ligada a uma rede de relações e interesses políticos, econômicos, sociais e ambientais, por isso construiu parceria com a Polícia Militar, para que esta, ao dispor de uma determinada área da Fazenda para o tratamento de seus cavalos, desse como contrapartida a garantia de segurança para a Fazenda. Da mesma forma, pensa que é necessário articular-se com a comunidade do Riacho Fundo para juntas procurarem soluções que possam minimizar impactos negativos na estrutura sócio-ambiental.

As ações do Comitê Comunitário Sócio-ambiental da Bacia do Riacho foram importantes no sentido de fazer com que esses parceiros potenciais publicamente se comprometessem na construção da rede de relações que tem como objetivo conservar o patrimônio natural e social da Região Administrativa do Riacho Fundo.

Depois de vários esforços, os potenciais parceiros: 100 DIMENSÃO, Coca – Cola, EMBRAPA e CAESB, junto ao Comitê Comunitário sócio-ambiental, começaram a se reunir e discutir sobre as prioridades que precisam ser trabalhadas, com a perspectiva de contribuir na construção de um processo de conscientização mais amplo da comunidade sobre os problemas ambientais. Além disso, os contatos travados serviram para cada um mostrar de que forma podem atuar, para viabilizar trabalhos conjuntos.

Todos os parceiros inter-relacionados com a Administração Regional, COMPARQUES, CONDEMA, Conselho Gestor do Parque e Comitê Comunitário Sócio-ambiental da Bacia do Riacho Fundo, podem construir juntos uma rede de relações, informações e ações que proporcionem a efetivação dos objetivos para os quais o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo foi criado. Com o trabalho conjunto, a rede de parcerias prioriza o desenvolvimento comunitário, contribuindo para a construção de novas relações entre a comunidade e a natureza.

---

<sup>19</sup> Entrevista realizada no dia 05/02/2003 com o Gerente da EMBRAPA, como parte do trabalho de campo.

Existem áreas do Parque que são formadas por um frágil ecossistema e a intensa e desordenada ação antrópica acelera o seu estado de degradação. Algumas etapas para a implantação do Parque já foram concluídas, como vimos anteriormente neste capítulo; entretanto, muito ainda se tem por fazer. Visto a condição de uso múltiplo do Parque, há a preocupação e o desejo de muitas vozes em defesa do parque, para que seja, o mais rápido possível, implementado o plano de manejo do mesmo. Este é um documento importante porque protege as áreas das demandas e interesses comerciais.

A exploração do turismo, muitas vezes, transforma os espaços naturais em verdadeiros produtos mensuráveis a serem consumidos, sem a menor preocupação com os seres vivos que dependem do habitat natural para se reproduzirem. Todas as áreas destinadas à conservação da natureza sofrem pressões políticas e econômicas para que sejam exploradas de alguma forma, pois ao mesmo tempo em que há a urgência e importância de multiplicação dessas áreas conservadas, também surgem condições que propiciem o desenvolvimento do comércio.

O Parque do Riacho Fundo é uma dessas Unidades de Conservação que, antes mesmo de implantado, já apresenta, segundo o Administrador Regional, possibilidades de se tornar atrativo da indústria do Turismo, pois, como afirma, o patrimônio natural do Parque já está integrado ao planejamento do Turismo no Riacho Fundo. Assim:

*“O nosso Parque, hoje por ser o segundo maior Parque Ecológico e Vivencial de Brasília, nós temos hoje condições de a curto prazo ter o maior índice de turistas visitando o nosso Parque.”*

Reforça a visão do administrador a percepção obtida durante o período de realização da pesquisa, que o turismo se apresenta como possibilidade de desenvolvimento sustentável para o Parque e o ecoturismo tem potencialidades para trazer benefícios sociais e ambientais. Os agentes que se articulam para promover e desenvolver atividades, que venham a médio prazo proporcionar resultados positivos, sugerem que o ecoturismo é uma proposta adequada às diretrizes que norteiam os objetivos de criação do Parque.

O ecoturismo tem como um dos seus princípios conscientizar o visitante para a importância da conservação ambiental. Por isso, esse tipo de empreendimento deve ter a preocupação voltada para a manutenção e recuperação do patrimônio natural da região. O ecoturista pode ser um agente potencial na promoção da conservação das áreas naturais, como também, da recomposição dos locais que sofreram degradação.

A intenção é aproveitar o patrimônio de fauna, flora e recursos hídricos, existentes no Parque, para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas como: pesca

esportiva; trilha livre; observação de fauna e flora nativa e observação astronômica. Essas atividades poderão ser viabilizadas para que o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo no futuro se auto-sustente. O ecoturismo, assim, pode promover benefícios ambientais, sociais e econômicos, ao desenvolver atividades de lazer, esporte e recreação que não degradem o meio ambiente e sim proporcionem ao visitante a oportunidade de vivenciar, por meio da educação ambiental, experiências que sejam capazes de sensibilizá-lo para a importância de preservação e conservação do ecossistema local.

Todo trabalho que foi realizado com o objetivo de implantação do Parque e conservação ambiental buscou proporcionar o esclarecimento e o envolvimento da comunidade do Riacho Fundo, para que os mesmos se tornassem agentes multiplicadores de ações e informações conservacionistas e, desta forma, pudessem assumir funções de liderança e gestão das atividades que deverão ser realizadas dentro e no entorno da Unidade de Conservação do Riacho Fundo. Com o envolvimento político da comunidade, nasce a possibilidade de se discutir o ecoturismo dentro de seus aspectos negativos e positivos, para que, por meio de um planejamento participativo, seja verificado se o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, na área do Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo, está compatível com as necessidades e carências reais da Unidade de Conservação e seu entorno. Por isso,

*"O ecoturismo é apontado como a modalidade de turismo de crescimento mais acentuado dos últimos anos (...) face à tendência atual de combinar interesses por questões ambientais, sociais e culturais, o ecoturismo pode situar-se como força propulsora de mudanças sociais, propugnando um novo tipo de consumo do espaço e uma nova postura frente ao ambiente" (Faria & Carneiro, 2001:75).*

A questão que nos motivou a realizar este esforço foi principalmente o fato de acreditar que era possível fazer alguma coisa no sentido de conservar muito do patrimônio natural ainda existente para as futuras gerações; no entanto corroboramos as idéias dos autores quando dizem que:

*O conceito de sustentabilidade pode ver-se transformado em uma questão mais política que ambiental, reflexo de conflitos e da pluralidade de atores envolvidos, muitos deles afetados ou mesmo responsáveis por episódios de degradação ambiental. O Estado atua como intermediador desses conflitos e, a depender do nível de forças sociais que apóiam o uso sustentável dos recursos naturais, pode interferir favoravelmente na sua resolução, exercendo o seu poder em função do bem - estar social e ambiental. (Faria & Carneiro, 2001:16).*

Assim pensamos que a atuação do Comitê Comunitário sócio-ambiental do Riacho Fundo é uma das forças transformadoras de que nos fala Paulo Freire (1985), pois suas atividades educam e politizam. É, portanto, por meio da educação que alimentamos a esperança de construir uma nova aliança (Prigogine, 1984) entre homem e natureza, que leve em consideração a complexidade da vida, como pensa Morin (1998) e, a partir daí, desenvolver e viver uma nova ética; a ética do cuidado global como divulga Boff (1999).



## Conclusão

O tema tratado neste trabalho nos proporcionou o estudo de aspectos da relação estabelecida entre homem e natureza ao longo do processo de desenvolvimento civilizatório. Por meio da análise do contexto histórico, social, cultural, ambiental, político, local e global, percebe-se que a consolidação do sistema capitalista continua sendo o grande promotor da incompatibilidade existente entre preservação ambiental e mercado. Observamos nas poucas, mas significativas conquistas alcançadas pela educação ambiental, que o mundo tardou para perceber que muitos dos problemas sociais estão intrinsecamente ligados ao uso indiscriminado dos recursos naturais.

Para melhor entender a temática, exploramos algumas das idéias dos autores que pensaram os rumos da ciência, da tecnologia e do ser humano. Elas nos mostraram que a ciência desempenha um papel muito importante na construção das relações que se estabelecem entre os homens e destes, com a natureza. O pensamento de Prigogine (1991) nos fez entender que o homem sempre utilizou os recursos científicos para dominar a natureza e ser fonte geradora de lucro. Assim, a transformação epistemológica significaria a criação de uma nova aliança, esta estabelecida sob a perspectiva da construção de novas relações entre seres humano e natureza

Ao procurarmos responder as questões que hoje são colocadas pelos desafios dos problemas ambientais vividos pela sociedade global, a proposta que parece consenso entre especialistas é de se promover o desenvolvimento de uma “ciência com consciência”, uma vez que pensam que somente desta maneira será estabelecida a “nova aliança”. Esta "ciência com consciência" deverá chegar a todos por meio da educação; pois somente a educação ambiental, com sua proposta de construção de agentes politizados, críticos e reflexivos, é o meio viável para que o discurso vertical seja substituído por um diálogo transformador/ libertador.

Assim compreendemos que o mundo precisa ser visto como unidade e diversidade, simples e complexo. Para que isso ocorra, é necessário o estabelecimento de uma nova sociedade humana, que esteja sustentada na idéia de que homem e natureza formam uma totalidade, em que o homem mundializado e solidário deve se perceber responsável pela manutenção do equilíbrio ecológico local.

Pela pesquisa, deu para perceber que a exploração de atividades ecoturísticas pode trazer muitos benefícios econômicos, sociais e ambientais para a conservação do parque e seu entorno, considerando que o ecoturismo, ao estabelecer ligação entre conservação dos

recursos naturais e lazer, é uma atividade que, se planejada de forma participativa, não causa danos significativos ao meio ambiente. Além disso, o mesmo tem como estratégia sensibilizar a comunidade, utilizando os princípios e os recursos da educação ambiental.

Sobretudo, a atividade ecoturística pode ser desenvolvida dentro do parque ecológico como uma alternativa viável de geração de renda para a manutenção desta unidade de conservação, promovendo, assim, o desenvolvimento consciente e mais sensível, procurando sempre realizá-lo com baixo impacto ambiental

A pesquisa de campo também sugeriu que a comunidade politicamente organizada tem condições de superar as limitações impostas pela hegemonia do mercado. Isto foi percebido pela ação do Comitê Comunitário sócio-ambiental cuja prática se traduziu na voz dos segmentos da comunidade do Riacho Fundo que reivindicam a reconstrução dos laços de solidariedade, cooperação e cuidado com o parque ecológico e o meio ambiente.

Pelos seus esforços é que se constituíram algumas possibilidades de parcerias que começam a se estabelecer entre comunidade, ONGs, Conselho Gestor, setores de empresas públicas e privadas. Estas parcerias podem desenvolver uma rede de comunicação, planejar e executar ações capazes de realizar com eficácia a conservação do parque; dando, inclusive, sentido à construção da realidade social assentada nos princípios de sustentabilidade.

Percebeu-se pelas diversas reuniões do Comitê Sócio-Ambiental que ele também foi meio de apreensão de informações e instrumento de politização da comunidade, ao vê-la preocupada com a realidade legal do Parque Ecológico do Riacho Fundo e que respaldo teriam para implementar determinadas ações, como pressionar os poderes constituídos para cercá-lo e impedir mais agressões a sua fauna e flora.

Para que pudéssemos demonstrar como a questão da conservação de áreas críticas poderiam ser protegidas, demonstramos que não era por falta de amparo legal que determinados espaços sofriam agressões e muitos recursos são indiscriminadamente explorados, pois há um corpo de leis que definem e regulam o seu uso; basta que, para isso, a própria comunidade utilize esses instrumentos e cobre dos poderes públicos a sua efetivação e vigilância. Certamente, isto somente é possível com uma comunidade informada e engajada politicamente na defesa dos seus direitos.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros

BOFF, Leonardo. **Ética da Vida**, 2. ed. Brasília: Letraviva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ethos Mundial: Um consenso mínimo entre os humanos**. Brasília: Letraviva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra**, 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CASSINO, Fábio. **Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo**. Fortaleza: UECE, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Fundamentos da Educação Ambiental**. Brasília: Universa, 2000.

FARIA, Dóris Santos e CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade Ecológica do Turismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Luiz Fernando e COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002.

FIGUEIREDO, Carlos (org.). **100 Discursos Históricos**. Belo Horizonte: Leitura, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**, 13. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

LEUZINGER, Cláudio. **Ecoturismo em Parques Nacionais: A compatibilidade entre a função de preservação ambiental e a prática do ecoturismo em Parques Nacionais**. Brasília: W.D.Ambiental, 2002.

LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo de et. ali. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**, 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os Sete Saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PENA - VEGA, Alfredo e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (ORG.). **O Pensar Complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

PADUA, Susana Machado e TABANEZ, Marlene Francisca (orgs.). **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: PAX, 1997.

PADUA, Susana Machado e SÁ, Lais Mourão. **O papel da educação ambiental nas mudanças paradigmáticas da atualidade.** Revista Paranaense de desenvolvimento. Curitiba-PR – nº 102, pág. 71 a 83, 2002.

PRIGOGINE, Ilya. **A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós – modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

WALTER, B. M. T; SAMPAIO, A. B. **A vegetação da Fazenda Sucupira.** Brasília: EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia, 1998.

WEARING, Stephen e NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades.** Barueri – SP: Manole, 2001.

## **PUBLICAÇÕES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS**

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA, **Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC:** Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002: MMA/SBF, 2002.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Departamento de Política Ambiental, Divisão de Proteção Ambiental, **Diretrizes gerais para atuação nas COMDEMA(s) (Manual Interno),** Brasília, 2000.

## **LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES**

BRASIL. Conselho Nacional de Recursos Hídricos, **Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000.** Comitês de Bacias Hidrográficas. Diário Oficial da União – DOU, Brasília, s/d.

DISTRITO FEDERAL, **Lei nº 1.705, de 13 de outubro de 1997.** Cria o Parque ecológico e Vivencial do Riacho Fundo em área que menciona e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, Brasília, s/d.

DISTRITO FEDERAL, **Lei Complementar nº 265, de 14 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de uso Múltiplo no Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, Brasília, 23 de dezembro.

DISTRITO FEDERAL, **Decreto nº 21.063, de 14 de março de 2000,** Cria, no âmbito do Distrito Federal, Comissão Permanente visando implantar parques Ecológicos e de Uso Múltiplos. Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, Brasília, 15 de março.

DISTRITO FEDERAL, **Decreto nº 21.693, de 9 de novembro de 2000,** Regulamenta os Conselhos Gestores dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, Brasília, 1ª de novembro.

## **CD-ROM**

FARIA, Sueli Correa e BRITO, Ricardo Seixas (orgs.). **Análise de Risco Ecológico na área do Parque do Riacho Fundo e Entorno**. Brasília: Universidade Católica, 2002. CD-Rom

FONSECA, Fernando Oliveira (org.). **Olhares sobre o Lago Paranoá**. Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Semarh: Brasília, 2002.

## **INTERNET**

[WWW.riomaisdez.gov.br](http://WWW.riomaisdez.gov.br)

[www.riachofundo.df.gov.br](http://www.riachofundo.df.gov.br)

[www.ecoambiental.com.br](http://www.ecoambiental.com.br)